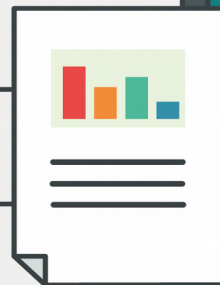


RELATÓRIO CPA



EXERCÍCIO 2017

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
NO EXERCÍCIO DE 2017**

Reitora

Sônia Regina de Souza Fernandes

Pró-reitor de Administração

Stefano Moraes Demarco

Pró-reitora de Ensino

Josefa Surek de Souza

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Cladecir Alberto Schenkel

Pró-reitor de Extensão

Fernando José Garbuio

Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional

José Luiz Ungericht Júnior

Campus Avançado Abelardo Luz

Diretor-geral *pro tempore*: Ricardo Scopel Velho

Campus Araquari

Diretor-geral: Jonas Cunha Espíndola

Campus Blumenau

Diretora-geral *pro tempore*: Marilane Maria Wolff Paim

Campus Brusque

Diretor-geral *pro tempore*: Helio Maciel Gomes

Campus Camboriú

Diretor-geral: Rogério Luís Kerber

Campus Concórdia

Diretor-geral: Nelson Geraldo Golynski

Campus Fraiburgo

Diretor-geral *pro tempore*: Fábio José Rodrigues Pinheiro

Campus Ibirama

Diretor-geral *pro tempore*: Fernando José Taques

Campus Luzerna

Diretor-geral *pro tempore*: Eduardo Butzen

Campus Rio do Sul

Diretor-geral: Ricardo Kosoroski Veiga

Campus Santa Rosa do Sul

Diretor-geral: Deivi de Oliveira Scarpari

Campus São Bento do Sul

Diretor-geral *pro tempore*: Samuel Henrique Werlich

Campus São Francisco do Sul

Diretor-geral *pro tempore*: Amir Tauille

Campus Avançado Sombrio

Diretora-geral: Elizete Maria Possamai Ribeiro

Campus Videira

Diretora-geral: Rosângela Aguiar Adam

Comissão Própria de Avaliação – CPA

Gestão 2017-2018

Campus Araquari

Guilherme Souza Mota

Campus Blumenau

Hélvio Silvester Andrade de Souza

Campus Camboriú

(Vice-presidente) Leonardo Campos

Campus Concórdia

Rodrigo Nogueira Giovanni

Campus Ibirama

Ana Silvia de Lima Vielmo

Campus Luzerna

Alessandro Braatz

Campus Rio do Sul

Antonio João Fidelis

Campus Santa Rosa do Sul

Louise Farias da Silveira

Campus São Bento do Sul

(Presidente) Nágila Cristina Hinckel

Campus São Francisco do Sul

Ighor Alexandre Mudrey

Campus Sombrio

Lucas Spillere Barchinski

Campus Videira

(Secretário) Ramon Silva da Cunha

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	5
1.1 HISTÓRICO DO IFC.....	5
1.1.1 Identificação e atributos da instituição.....	6
1.1.2 Apresentação dos campi.....	7
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Araquari.....	9
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Blumenau.....	9
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Camboriú.....	10
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Concórdia.....	11
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Ibirama.....	12
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Luzerna.....	13
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Rio do Sul.....	13
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> São Francisco do Sul.....	14
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Santa Rosa do Sul.....	14
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> São Bento do Sul.....	15
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Avançado Sombrio.....	16
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Videira.....	17
1.2 COMPOSIÇÃO DA CPA.....	18
1.3 COMPOSIÇÃO DAS CPAS LOCAIS.....	18
1.4 HISTÓRICO DA COMISSÃO CPA 2017-2018.....	20
2 METODOLOGIA.....	22
3 DESENVOLVIMENTO.....	26
3.1 EIXOS E DIMENSÕES.....	26
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	33
4.1 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO EIXO 1 (PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL).....	33
4.1.1 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 1- Dimensão 8).....	34
4.2 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO EIXO 2 (DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL).....	35
4.2.1 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 2 - Dimensão 1 e 3).....	37
4.3 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO EIXO 3 (POLÍTICAS ACADÊMICAS).....	37
4.3.1 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 3 - Dimensão 2.1).....	39
4.3.2 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 3 - Dimensão 2.2).....	42
4.3.3 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 3 - Dimensão 2.3).....	43
4.3.4 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 3 - Dimensão 2.4).....	44
4.3.5 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 3 - Dimensão 4).....	45
4.3.6 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 3 - Dimensão 9).....	47
4.4 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO EIXO 4 (POLÍTICAS DE GESTÃO).....	48
4.4.1 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 4 - Dimensão 5).....	50
4.4.2 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 4 - Dimensão 6).....	54
4.4.3 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 4 - Dimensão 10).....	57
4.5 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO EIXO 5 (INFRAESTRUTURA FÍSICA).....	58

4.5.1 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 5 - Dimensão 7).....	60
5.1 ANÁLISE DAS AÇÕES EXECUTADAS CONSIDERANDO AS AÇÕES SUGERIDAS PELO RELATÓRIO 2016 – EIXO 1.....	63
5.1.1 Resumo das ações desenvolvidas com base nas estratégias apresentadas para o Eixo 1.....	64
5.2 ANÁLISE DAS AÇÕES EXECUTADAS CONSIDERANDO AS AÇÕES SUGERIDAS PELO RELATÓRIO 2016 – EIXO 2.....	66
5.2.1 Resumo das ações desenvolvidas com base nas estratégias apresentadas para o Eixo 2.....	70
5.3 ANÁLISE DAS AÇÕES EXECUTADAS CONSIDERANDO AS AÇÕES SUGERIDAS PELO RELATÓRIO 2016 – EIXO 3.....	71
5.3.1 Resumo das ações desenvolvidas com base nas estratégias apresentadas para o Eixo 3.....	74
5.4 ANÁLISE DAS AÇÕES EXECUTADAS CONSIDERANDO AS AÇÕES SUGERIDAS PELO RELATÓRIO 2016 – EIXO 4.....	74
5.5 ANÁLISE DAS AÇÕES EXECUTADAS CONSIDERANDO AS AÇÕES SUGERIDAS PELO RELATÓRIO 2016 – EIXO 5.....	76
5.5.1 Resumo das ações desenvolvidas com base nas estratégias apresentadas para o Eixo 3.....	78
6 AÇÕES SUGERIDAS PELA CPA CONSIDERANDO AS ANÁLISES DO QUESTIONÁRIO 2017 E AS AÇÕES EXECUTADAS COM BASE NO RELATÓRIO 2016.....	79
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82

1 INTRODUÇÃO

1.1 HISTÓRICO DO IFC

O Instituto Federal Catarinense (IFC) integra a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e foi instituído pela Lei nº 11892/08. A Rede abrange todos os estados brasileiros, promovendo educação profissional, desde a formação inicial e continuada (FIC) até a formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

O IFC, com sede (Reitoria) no município de Blumenau/SC, nasceu da união entre as Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, e os Colégios Agrícolas de Camboriú e Araquari, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina.

A tradição dessas instituições de ensino estava pautada na oferta de cursos técnicos, principalmente do curso técnico em Agropecuária. Durante mais de 50 anos, até a criação da Lei nº 11.892/2008, estas escolas técnicas e agrotécnicas se especializaram na formação de jovens para o mundo do trabalho. A oferta da educação superior deu-se apenas após a criação dos Institutos Federais, os quais, de acordo com a sua lei de criação, são equiparados às universidades federais para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior.

A instituição possui atuação em diversos segmentos, de acordo com os arranjos produtivos locais e potencialidades regionais, abrangendo em seus cursos desde as áreas de Eletrometalmecânica e Indústria Química até de Turismo e Agropecuária.

Nos momentos seguintes à sua criação, essa instituição experimentou um rápido crescimento, estimulado pelo programa de Expansão Federal. Atualmente, o IFC conta com 15 *campi*, distribuídos no estado, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1 - Mapa de abrangência institucional



O Instituto Federal Catarinense conta, atualmente com 1799 servidores, sendo 878 técnicos administrativos e 921 docentes. Além disso, a instituição atende a cerca de 12.721 discentes nos diversos níveis de ensino ofertados – qualificação profissional, Certific, Mulheres Mil, Pronatec, Proeja, EaD, Ensino Técnico, graduação e pós-graduação. Destes, aproximadamente 5.809 são alunos dos cursos superiores.

1.1.1 Identificação e atributos da instituição

Órgão de vinculação: Ministério da Educação

Denominação completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

Denominação abreviada: Instituto Federal Catarinense

Natureza jurídica: Autarquia Federal

CNPJ: 10.635.424/0001-86

Criação: autarquia criada nos termos da Lei nº. 11.892, de 20 de dezembro de 2008

Principal atividade: Educação Profissional de Nível Tecnológico

Telefone da Comissão Própria de Avaliação: (47) 3331-7800

Endereço de e-mail da Comissão Própria de Avaliação: cpa@ifc.edu.br

Endereço postal: Rua das Missões, 100 - CEP 89051-000 - Blumenau/SC

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

Rua das Missões, 100

Blumenau-SC

Fone (47) 3331-7800

CEP 89051-000

Reitora atual: Sônia Regina de Souza Fernandes

1.1.2 Apresentação dos campi

Unidades	
<p>CAMPUS ABERLARDO LUZ www.aberlardoluz.ifc.edu.br Rua Egídio João Guerra, nº 700 Bairro Alvorada (junto ao Colégio Irineu Bornhausen) CEP 89830-000 Telefone: (47) 3331-7881 Diretor-geral <i>pro tempore</i>: Ricardo Scopel Velho</p>	<p>CAMPUS ARAQUARI www.araquari.ifc.edu.br Rodovia BR 280 – Km 27 Caixa Postal 21 Araquari/SC CEP: 89.245-000 Telefone: (47) 3803-7200 Diretor-geral: Jonas Cunha Espíndola</p>
<p>CAMPUS BLUMENAU www.blumenau.ifc.edu.br Rua Bernardino José de Oliveira, 81 Badenfurt Blumenau/SC CEP: 89070-270 Telefone: (47) 3702-1700 Diretora-Geral <i>pro tempore</i>: Marilane Maria Wolff Paim</p>	<p>CAMPUS BRUSQUE www.brusque.ifc.edu.br Rua Hercílio Luz, 373 Centro Brusque/SC CEP: 88.350-301 Telefone: (47) 3396-0080 Diretor-geral <i>pro tempore</i>: Helio Maciel Gomes</p>
<p>CAMPUS CAMBORIÚ www.ifc-camboriu.edu.br Rua Joaquim Garcia, s/nº Camboriú/SC CEP: 88340-055 Telefone: (47) 2104-0800 / Diretor-geral: Rogério Luís Kerber</p>	<p>CAMPUS CONCÓRDIA www.ifc-concordia.edu.br Rodovia SC 283 KM 08 Caixa Postal 58 Concórdia/SC CEP: 89703-720 Telefone: (49) 3441-4800 Diretor-geral: Nelson Geraldo Golynski</p>
<p>CAMPUS FRAIBURGO www.fraiburgo.ifc.edu.br Rua Cruz e Souza, 100 Centro Fraiburgo/SC CEP: 89580-000 Telefone: (49) 3246-9850 Diretor-geral <i>pro tempore</i>: Fabio José Rodrigues Pinheiro</p>	<p>CAMPUS IBIRAMA http://ibirama.ifc.edu.br/ Rua Getúlio Vargas, 3006 Bela Vista Ibirama/ SC CEP: 89.140-000 Telefone: (47) 3357-6200 Diretor-geral <i>pro tempore</i>: Fernando José Taques</p>
<p>CAMPUS LUZERNA www.luzerna.ifc.edu.br Rua Vigário Frei João, 550 Centro Luzerna/SC CEP: 89.609-000 Telefone: (49) 3523-4300 Diretor-geral <i>pro tempore</i>: Eduardo Butzen</p>	<p>CAMPUS RIO DO SUL www.ifc-riodosul.edu.br SEDE - Estrada do Redentor, 5.665 Canta Galo Rio do Sul/SC CEP: 89.160-000 Telefone: (47) 3531-3700 UNIDADE URBANA Rua Abraham Lincoln, 210 Jardim América Rio do Sul/SC (47) 3525-8600 Diretor-geral: Ricardo Kosoroski Veiga</p>

<p>CAMPUS SANTA ROSA DO SUL www.ifc-sombrio.edu.br Rua das Rosas, s/nº Vila Nova Santa Rosa do Sul/SC CEP: 88.965-000 Telefone: (48) 3534-8000 Diretor-geral: Deivi de Oliveira Scarpari</p>	<p>CAMPUS SÃO BENTO DO SUL www.sbs.ifc.edu.br Rua Paulo Chapiewski, Centenário São Bento do Sul/SC Telefone: (47) 3331-7800 Diretor-Geral <i>pro tempore</i>: Samuel Henrique Werlich</p>
<p>CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL www.saofrancisco.ifc.edu.br Rodovia Duque de Caxias, s/n Bairro Iperoba CEP: 89.240-000 Telefone: (47) 3233-4000 Diretor-geral <i>pro tempore</i>: Amir Tauille</p>	<p>CAMPUS SOMBRIO sombrio.ifc.edu.br Av. Prefeito Francisco Lummertz Júnior, 818 Januária Sombrio/SC CEP: 88.960-000 Telefone: (48) 3533-4001 Diretora: Elizete Maria Possamai Ribeiro</p>
<p>CAMPUS VIDEIRA videira.ifc.edu.br Rodovia SC 135, Km 125 Campo Experimental Videira/SC CEP: 89.560-000 Telefone: (49) 3533-4900 Diretora-geral: Rosangela Aguiar Adam</p>	

Cursos Superiores do IFC	
<p>CAMPUS ARAQUARI Bacharelado em Medicina Veterinária Bacharelado em Sistemas de Informação Licenciatura em Ciências Agrícolas Licenciatura em Química Tecnólogo em Redes de Computadores</p>	<p>CAMPUS BLUMENAU Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas Licenciatura em Pedagogia</p>
<p>CAMPUS BRUSQUE Tecnólogo em Redes de Computadores</p>	<p>CAMPUS CAMBORIÚ Bacharelado em Sistemas de Informação Licenciatura em Matemática Licenciatura em Pedagogia Tecnólogo em Negócios Imobiliários Tecnólogo em Sistemas para Internet</p>
<p>CAMPUS CONCÓRDIA Bacharelado em Agronomia Bacharelado em Engenharia de Alimentos Licenciatura em Física Licenciatura em Matemática Bacharelado em Medicina Veterinária</p>	<p>CAMPUS IBIRAMA Tecnólogo em Design de Moda</p>
<p>CAMPUS LUZERNA Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação Bacharelado em Engenharia Mecânica</p>	<p>CAMPUS RIO DO SUL Bacharelado em Agronomia Bacharelado em Ciência da Computação Licenciatura em Física Licenciatura em Matemática</p>

	Licenciatura em Pedagogia Bacharelado em Engenharia Mecatrônica
<i>CAMPUS SANTA ROSA DO SUL</i> Bacharelado em Engenharia Agrônômica	<i>CAMPUS SÃO BENTO DO SUL</i> Bacharelado em Engenharia de Computação Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação
<i>CAMPUS SÃO FRANCISCO</i> Tecnólogo em Logística Tecnólogo em Redes de Computadores	<i>CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO</i> Licenciatura em Matemática Tecnólogo em Gestão de Turismo Tecnólogo em Redes de Computadores
<i>CAMPUS VIDEIRA</i> Bacharelado em Ciência da Computação Licenciatura em Pedagogia	

Dados do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Araquari

O Instituto Federal Catarinense - *Campus* Araquari é uma das instituições pioneiras no ensino agrícola em Santa Catarina. Localiza-se na cidade de Araquari, às margens da BR 280, rodovia que liga Joinville, Araquari e São Francisco do Sul.

Hoje, o IFC Araquari possui uma área total de 1.200.000 metros quadrados, o que equivale a aproximadamente 300 campos de futebol. As áreas construídas, entre prédios de ensino, laboratórios e setores administrativos, correspondem a mais de 18 mil metros quadrados.

O *campus* possui 17 Unidades de Ensino e Aprendizagem (UEA), 20 laboratórios e cinco blocos com salas de aula. Além dessas estruturas, o *campus* ainda possui espaços destinados à integração dos estudantes, prática de esportes e realização de eventos.

Dados do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Blumenau

O Instituto Federal Catarinense (IFC) - *Campus* Blumenau é resultado do plano de expansão do Ensino Tecnológico no Brasil. Após debates e audiências públicas para definir o local de implantação do *campus*, optou-se por adquirir uma estrutura própria para abrigar a unidade de ensino. As visitas a terrenos iniciaram em agosto de 2010, momento em que uma comissão foi instituída para analisar os imóveis apresentados.

Em novembro de 2010, iniciou-se o processo de compra do imóvel da então empresa Bernauer, localizada às margens da BR-470, no bairro Badenfurt. O local possui área de terreno de 55.174,31 m² e área construída de 5.397,36 m². Após visitas técnicas, os profissionais de engenharia do IFC elaboraram o projeto arquitetônico, considerando a estrutura já existente.

O primeiro curso oferecido pela instituição foi o Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. Como o prédio ainda estava em reforma quando as aulas iniciaram, em fevereiro de 2012, foi preciso que alunos, professores e técnicos administrativos usassem três salas de uma paróquia, cedidas pela comunidade do Badenfurt. Enquanto isso, as

instalações da antiga empresa Bernauer eram reformadas para dar espaço ao primeiro e único Instituto Federal de Blumenau. Ainda durante as reformas, em agosto de 2013, iniciaram as aulas da primeira turma do curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Em julho de 2014, após o término das obras, ocorreu a solenidade de inauguração oficial, com o descerramento da placa inaugural. Esse evento representou a entrega do *Campus* Blumenau à comunidade do Vale do Itajaí. Ainda em 2014, a partir do mês de agosto, passou-se a oferecer à população dois cursos técnicos: Mecânica e Eletromecânica. Esses cursos são ofertados na modalidade subsequente, ou seja, dirigidos a alunos que já concluíram o ensino médio.

Em 2015, o IFC *Campus* Blumenau tornou-se pioneiro na cidade ao oferecer o primeiro curso superior 100% presencial e gratuito de Licenciatura em Pedagogia. Em 2016, o Instituto abriu o curso técnico em Eletromecânica Integrado ao Ensino Médio.

Em 2017, o *campus* dá mais um passo rumo à verticalização, ao oferecer os primeiros cursos de pós-graduação: Educação com ênfase em Alfabetização e Educação com ênfase em Educação da Pequena Infância.

Em 2018, o *campus* oferta o primeiro curso gratuito de Engenharia Elétrica na cidade. Foram 40 alunos matriculados nesse ano por meio da seleção via Sisu/MEC.

A unidade atua com foco em dois eixos tecnológicos: Informação e Comunicação e Controle e Processos Industriais. Atualmente, cerca de 800 alunos estudam na instituição. São 55 professores e 37 técnicos administrativos preparados para atender alunos, pais e comunidade em geral. São 18 salas de aula, quatro laboratórios de informática, laboratório de química e física, laboratório de música, brinquedoteca, biblioteca, oficina mecânica, salas de estudo, ginásio poliesportivo, sala para os professores, salas para os técnicos administrativos e espaço para convivência.

Como se trata de uma instituição de ensino federal, os cursos são 100% gratuitos, havendo ainda a possibilidade de concessão de auxílio financeiro para estudantes em vulnerabilidade social. O ingresso é feito via Exame de Classificação, no caso dos cursos técnicos integrados; por meio de sorteio público, para os cursos subsequentes; e via Enem/Sisu, para os cursos superiores.

O *Campus* Blumenau localiza-se à Rua Bernardino José de Oliveira, nº 81, no bairro Badenfurt, perpendicularmente às margens da BR-470. É também em Blumenau, na Rua das Missões, nº 100, no bairro Ponta Aguda, que está localizada a Reitoria do IFC.

Dados do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Camboriú

O *Campus* Camboriú, até final de 2008, era denominado Colégio Agrícola de Camboriú – CAC. Foi fundado em 08 de abril de 1953, após um acordo firmado entre o governo federal e o estado de Santa Catarina, publicado no Diário Oficial da União em 15 de abril de 1953.

Em 1962, foi dado início às atividades pedagógicas, momento em que a instituição oferecia o curso ginásial Agrícola. Em 1965, houve a criação do curso técnico em Agricultura, que passou, em 1973, a denominar-se curso técnico em Agropecuária.

Primeiramente, a escola ficou sob a responsabilidade da Diretoria do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura. A parte didático-pedagógica, por sua vez, passou a estar vinculada à Secretaria de Ensino de 2º Grau do Ministério da Educação (MEC). O Decreto nº 62.178, de 25 de janeiro de 1968, transferiu a responsabilidade administrativa e financeira do Colégio para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estando diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, restringindo suas atividades de ensino ao 2º Grau Profissionalizante. Em 1990, o CAC passou a oferecer o curso técnico em Agropecuária, na modalidade subsequente ao ensino médio.

Apesar de ser uma instituição nomeada como agrícola, a partir de 2000 passou a ofertar outros cursos nas áreas do conhecimento de Informática e Meio Ambiente. Em 2003, percebendo a necessidade do mercado de trabalho local, iniciou a oferta do curso técnico em Transações Imobiliárias e, da mesma forma, a partir de 2008, do curso técnico em Turismo e Hospitalidade.

No ano de 2007, foi implantado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. No final de 2008, com o advento da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Colégio Agrícola de Camboriú – CAC – transformou-se num *campus* do Instituto Federal Catarinense, atendendo à chamada pública do Ministério da Educação para que as escolas agrícolas se tornassem institutos federais, possibilitando a oferta de, além dos cursos em nível médio, também de cursos superiores e de pós-graduação.

Atualmente o *campus* conta com 148 docentes, 93 técnicos administrativos e 1951 discentes.

Dados do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Concórdia

A Instituição está localizada em Concórdia, no Oeste de Santa Catarina, entre o Bairro Frágiosos e o Distrito de Santo Antônio, no quilômetro 17, da Rodovia SC 283. Os cursos possuem ampla infraestrutura instalada, professores e técnicos altamente qualificados. O *Campus* Concórdia mantém sua tradição e história cultivada ao longo de quase cinco décadas, apresentando avanços desde sua passagem de escola para *campus*, oferecendo ensino público, gratuito e de qualidade a toda população.

Suas atividades pedagógicas tiveram início em março de 1965, como Ginásio Agrícola, tendo seu funcionamento autorizado pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967. Formou a primeira turma em 1968. Elevou-se de Ginásio Agrícola para Colégio Agrícola em 12 de maio de 1972, a partir do Decreto nº 70.513. Posteriormente, pelo Decreto nº 83.935, de 4 de outubro de 1979, passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Concórdia. Foi transformada em autarquia federal pela Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação, nos termos do artigo 2º do Anexo I, do Decreto nº 2.147, de 14 de fevereiro de 1997, adquirindo autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira. Por fim, mediante a Lei nº 11.892/2008,

a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia passou a integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, denominando-se *Campus Concórdia*.

A unidade oferece educação de nível básico, técnico e superior em diferentes modalidades e áreas do conhecimento. O *campus* ministra os cursos: Técnico em Alimentos, Técnico em Agropecuária e Técnico em Informática para Internet – integrados ao ensino médio; cursos superiores de Agronomia (bacharelado), Engenharia de Alimentos (bacharelado), Física (licenciatura), Matemática (licenciatura) e Medicina Veterinária (bacharelado). Oferece também formação inicial e continuada, pós-graduação, educação de jovens e adultos, além de programas sociais do governo federal.

A área total do *Campus Concórdia* é de 253 hectares, com aproximadamente 35 mil metros quadrados de área construída. A instituição está localizada em Concórdia, no Oeste de Santa Catarina, entre o Bairro Fragosos e o Distrito de Santo Antônio, no quilômetro 17 da Rodovia SC 283. Os cursos têm ampla infraestrutura instalada, professores e técnicos altamente qualificados.

O quadro de servidores do *campus* é composto por 99 docentes e 105 técnicos administrativos efetivos, 15 docentes contratados, 50 profissionais terceirizados e 02 estagiários.

Dados do Instituto Federal Catarinense – *Campus Ibirama*

Em 1897, no início da colonização, a cidade recebeu o nome de Hamônia. Com a emancipação, em 1934, passou a se chamar Dalbérgia. Em 1943, ganhou seu batismo definitivo: em linguagem indígena, Ibirama significa, apropriadamente, “terra da fartura”.

A partir daí, Ibirama tornou-se sede da primeira reserva indígena do país, a Duque de Caxias, que abrigou 1.300 índios das etnias Kaingang, Xokleng e Guarani em um território que inclui hoje os municípios de José Boiteux e Vitor Meirelles. Segundo o Censo IBGE/2010, as atividades econômicas de maior destaque regional são o vestuário, o setor têxtil, a agricultura, a indústria madeireira, o turismo ecológico e a prestação de serviços, gerando um PIB de mais de 190 milhões e uma renda *per capita* de 11,188 mil reais – o que faz a cidade de Ibirama se destacar no Alto Vale do Itajaí e ser extremamente favorável para novas oportunidades.

Em 2010, o *Campus Avançado Ibirama* foi instalado e esteve vinculado ao *Campus Rio do Sul* até 03 de fevereiro de 2011. A unidade foi inaugurada em 1º de fevereiro de 2010, no antigo Colégio Hamônia, iniciando suas atividades no segundo semestre de 2010 com o curso técnico em Informática. O *Campus Ibirama* dista aproximadamente 20 km de Rio do Sul e está a 70 km da Reitoria (Blumenau), sendo considerada, portanto, uma unidade estratégica para o Instituto Federal Catarinense.

Em 04 de fevereiro de 2011, o *Campus Ibirama*, a partir de uma solenidade, deu início ao seu funcionamento regular, deixou de pertencer ao *Campus Rio do Sul* e passou a ter vinculação direta à Reitoria do IFC, instalada em Blumenau.

A partir do primeiro semestre de 2011, foram ofertados os cursos técnicos, integrados ao ensino médio, em Eletromecânica e Vestuário. A integração entre ensino médio e técnico facilita o acesso de jovens à educação profissionalizante. Já em 2012,

foram lançadas as modalidades subsequentes dos cursos de Eletromecânica e Vestuário, e a modalidade integrada do curso de Informática.

Em 2014, passou-se a ofertar o curso técnico em Administração, bem como o curso de tecnologia em Design de Moda. No ano de 2016, iniciaram-se as atividades da especialização *lato sensu* em Educação e Interdisciplinaridade e também a modalidade Proeja com qualificação em Administração Comercial. Ainda, em 2017, inicia-se a especialização *lato sensu* em Moda, cumprindo-se, assim, a meta de verticalização de ensino.

Atualmente, o *Campus* Ibirama conta com 60 servidores e possui cerca de 430 alunos em todos os cursos ofertados.

Dados do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Luzerna

As instalações físicas e a infraestrutura de salas de aula e laboratórios que hoje pertencem ao Instituto Federal Catarinense (IFC) - *Campus* Luzerna foram fundadas em 1999, para abrigar a Escola Técnica Vale do Rio do Peixe (ETVARPE), instituição que, até 2008, ofereceu cursos técnicos e profissionalizantes para estudantes de Luzerna e região.

Em 2010, ocorreu a federalização da ETVARPE, que passou a integrar o Instituto Federal Catarinense (IFC). Em 25 de março, iniciaram-se as aulas dos cursos técnicos de Automação Industrial, Mecânica e Segurança do Trabalho. Em 2011, ocorreu a criação do primeiro curso superior: Engenharia de Controle e Automação. Em julho de 2012, o *campus* deixou de ser ligado administrativamente ao *Campus* Videira e tornou-se *Campus* Luzerna. Em 2013, teve início o segundo curso superior: Engenharia Mecânica. Em 2014, iniciou-se o ensino médio integrado (Segurança do Trabalho e Automação Industrial).

Dados do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Rio do Sul

O Instituto Federal Catarinense - *Campus* Rio do Sul, antiga Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, tem sua origem intimamente ligada a problemas econômicos e sociais percebidos a partir da década de 70 na região do Alto Vale Catarinense. Após um estudo da situação da agricultura regional, houve uma mobilização política pró-criação da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul. Em 1986, após quinze anos de mobilização, o projeto foi oficializado.

Em 30 de junho de 1993, pela Lei Federal nº 8.670, foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, e as atividades letivas de 2º grau (ensino técnico em nível médio) iniciaram no dia 05 de junho de 1995. A primeira turma do curso de Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária teve 120 alunos matriculados, dos quais 89 colaram grau no dia 06 de junho de 1998. Esta unidade do IFC já formou 1.294 alunos de 122 municípios (incluindo-se todos os que compõem a região do Alto Vale do Itajaí), oriundos de seis estados.

Com a criação do Instituto Federal Catarinense - *Campus* Rio do Sul, a instituição ampliou o seu foco inicial voltado aos cursos na área agrícola para novas tecnologias e também destinados a outros níveis de ensino. Com um quadro de professores

qualificados, o *Campus* Rio do Sul vem oferecer à população da região do Alto Vale do Itajaí cursos técnicos e superiores públicos, gratuitos e de qualidade. A unidade sede, localizada na Serra Canoas, disponibiliza aos alunos uma estrutura com laboratórios, biblioteca, internato, refeitório, ginásio, campos de futebol, unidades de ensino e pesquisa, nas áreas agrícola, agroecológica, florestal e zootécnica, esta última dividida em animais de pequeno, médio e grande porte. Além da unidade sede, para melhor atender às demandas e estar mais próximo do público, o *Campus* Rio do Sul possui uma unidade urbana, localizada na região central de Rio do Sul, que disponibiliza aos seus acadêmicos laboratórios de informática, eletroeletrônica, agrimensura, matemática e física, salas de aula, auditório e biblioteca. As novas condições de estruturas funcionais favorecem a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Dados do Instituto Federal Catarinense – *Campus* São Francisco do Sul

O processo de instalação do *Campus* São Francisco do Sul teve seu início em janeiro de 2010, a partir de contrato mantido entre a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul e a Direção-Geral do IFC *Campus* Araquari.

As atividades do *Campus* São Francisco do Sul se iniciaram em março de 2010, com o curso técnico em Informática, ofertado em uma sala de aula cedida pela Escola Municipal Franklin de Oliveira. Em 2011, as aulas foram transferidas para a sede provisória, instalada na Rua Barão do Rio Branco, nº 377, no centro de São Francisco do Sul.

Em 2012, a Prefeitura Municipal realizou a doação de um terreno de 35 mil m², situado na localidade de Iperoba, a cerca de 6 km do centro de São Francisco do Sul. O *Campus* São Francisco do Sul teve seu funcionamento autorizado por meio da Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013, publicada no DOU de 24 de abril de 2013.

Dados do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Santa Rosa do Sul

O *Campus* Santa Rosa do Sul do Instituto Federal Catarinense localiza-se no município de mesmo nome, sendo integrante da microrregião do Extremo Sul de Santa Catarina. Composta por quinze municípios, tal região tem como centro polarizador Araranguá, cidade que constitui a Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (Amesc).

De economia essencialmente agrícola, Santa Rosa do Sul tem sua estrutura fundiária composta por pequenas propriedades familiares, com destaque para a produção de arroz, banana, fumo, mandioca e milho. Nesse contexto, o referido *campus* foi concebido com o objetivo de dar apoio à Vila Nova, assentamento de pequenos agricultores ali instituído.

Ainda, para se compreender a criação e a localização de uma instituição federal de ensino em Vila Nova, deve-se mencionar a intervenção da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul), autarquia federal criada pelo Decreto-Lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967, vinculada ao Ministério do Interior, nos termos do Decreto nº 66.882, de 16 de julho de 1970. Tal decreto objetivou planejar e promover a

execução do desenvolvimento do Sul catarinense, coordenando e controlando, desse modo, a ação federal nessa região.

A construção de uma escola foi parte desse grande projeto. A princípio, a instituição de ensino ofertaria o curso técnico agrícola com o currículo direcionado às áreas de drenagem e irrigação.

Localizado a 15 quilômetros da BR-101, o *Campus* Santa Rosa do Sul, então Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS), ligada à Escola Técnica Federal de Santa Catarina, foi inaugurado em 5 de abril de 1993 por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993. Em 16 de novembro do mesmo ano, a Escola foi transformada em autarquia federal, por meio da Lei nº 8.731, entrando em funcionamento a partir de 28 de março de 1994.

Anos mais tarde, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, transforma a então Escola Agrotécnica em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - *Campus* Sombrio, em junho de 2014. Por meio da Portaria nº 505, de 10 de junho de 2014, do Ministério da Educação, o *Campus* Sombrio passou a se chamar *Campus* Santa Rosa do Sul, e a cidade de Sombrio passou a ter um *campus* avançado.

O primeiro curso técnico ofertado na supracitada instituição foi em Agropecuária, mantido até hoje nas modalidades integrada e subsequente ao ensino médio. Ainda, o *campus* oferece o curso superior em Engenharia Agrônômica.

Atualmente, 585 estudantes estão matriculados nos cursos ofertados pelo *Campus* Santa Rosa do Sul. No que diz respeito ao número de servidores, os dados atuais são de 87 técnicos administrativos em educação e 61 professores, dos quais 56 são efetivos e 5 são substitutos.

Dados do Instituto Federal Catarinense – *Campus* São Bento do Sul

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – *Campus* São Bento do Sul surgiu da união dos esforços entre o poder público e a iniciativa privada, que ofereceram o ambiente propício para que o anseio da comunidade por mais conhecimento, informação e crescimento profissional pudesse ser concretizado. A partir de 2012, a Prefeitura Municipal de São Bento do Sul articulou, junto à Incubadora Tecnológica de São Bento do Sul (ITFETEP), a doação de uma área de 42.547,18 m² dentro do Parque Científico e Tecnológico de São Bento do Sul, no bairro Centenário, onde já se encontravam a própria ITFETEP e outras instituições de ensino, como a Udesc, o Senai e a Sociesc.

Os trabalhos de terraplanagem se iniciaram em janeiro de 2014, e o lançamento da pedra fundamental aconteceu em 25 de abril daquele mesmo ano. A obra teve um custo total que ultrapassou 15 milhões de reais, valor este investido em área construída, de 5.814 m², e em outros gastos relativos a aditivos de melhorias. O projeto conta com guarita, ginásio poliesportivo, cantina/refeitório, laboratórios especiais, biblioteca, auditório e dois prédios, com dois pavimentos, que abrigam as salas de aula, os laboratórios de informática, as salas de professores e os departamentos onde são desenvolvidas as

atividades técnico-administrativas e pedagógicas relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

O início das atividades pedagógicas foi marcado pela oferta de 03 (três) cursos técnicos no 2º semestre letivo de 2016, na modalidade subsequente, no período noturno, momento em que a instituição ofereceu à comunidade os cursos: Técnico em Qualidade, Técnico em Logística e Técnico em Defesa Civil. Para o Ensino Médio Integrado (EMI), foram lançados 03 (três) cursos técnicos, com início no primeiro semestre letivo 2017, sendo estes: Técnico em Automação Industrial, Técnico em Informática e Técnico em Segurança do Trabalho. No que se refere a cursos superiores, foram ofertados, também em 2017, a Engenharia de Controle e Automação e a Engenharia da Computação.

O *campus* conta com o trabalho de 37 professores (80% mestres e doutores e 20% especialistas) e 19 técnicos administrativos, preparados para atender alunos, pais e comunidade em geral.

Com cursos 100% gratuitos e a possibilidade de concessão de auxílio financeiro para estudantes em situação de vulnerabilidade social, o *campus* alicerça reconhecimento e qualifica-se perante a comunidade são bentense. Para os cursos de ensino superior, o ingresso é feito via Enem e Sisu, e para os cursos técnicos integrados ao ensino médio, via Exame de Classificação.

Dados do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Avançado Sombrio

Em 05 de abril de 1993, foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, com o objetivo de atuar como uma unidade de ensino descentralizada da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, localizada em Florianópolis, tendo sido transformada em autarquia federal, com a mesma denominação de Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, em 16 de novembro de 1993, por meio da Lei nº 8.731, e entrou em funcionamento em 28 de março de 1994.

Com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - *Campus* Sombrio. Apesar de carregar o nome de Sombrio, a sede do *campus* fica localizada no município de Santa Rosa do Sul, que foi emancipado após a criação da escola. Também em meados de 2008, com a necessidade de expandir as ações efetivas para o município de Sombrio, que desponta como polo microrregional, foi criada a unidade descentralizada urbana, denominada, inicialmente, Núcleo Avançado de Sombrio e, posteriormente, Unidade Urbana de Sombrio. A partir da expansão da Rede Federal, através da Portaria nº 505/2014 do Ministério da Educação, a Unidade passa a ser denominada *Campus* Avançado de Sombrio (conf. Portaria/MEC nº 1.074/2014).

O movimento de criação desse *campus* busca apresentar soluções técnicas para os arranjos produtivos locais, proporcionando o acesso e gerando novas tecnologias a partir da formação do jovem que cursa o ensino médio de forma integrada ao curso técnico em Informática, e fomentar as carreiras de nível superior, com cursos de Tecnólogo em Gestão de Redes de Computadores, Tecnólogo em Gestão de Turismo e licenciatura em Matemática.

Além dos cursos regulares, também são ofertados cursos nas modalidades de Formação Inicial e Continuada (FIC) e desenvolvidas atividades de pesquisa e extensão ligadas a projetos concebidos pelo corpo de servidores da instituição.

A correta estruturação de todos os ambientes, a gestão adequada do bem público e a necessidade de atendimento dos anseios da sociedade com relação ao *campus* requerem uma crescente disponibilização de recursos humanos, financeiros e de bens, fator que serve de mola propulsora para que esta unidade do IFC esteja em constante mudança e crescimento.

Dados do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Videira

O Instituto Federal Catarinense - *Campus* Videira iniciou suas atividades pedagógicas em 06 de março de 2006, como extensão da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia (EAFC), tendo seu funcionamento autorizado pelo Convênio 036/2005.

Visando expandir a EAFC em Videira e ampliar a oferta de cursos na cidade, em 27 de dezembro de 2007, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) cedeu em comodato uma área de 235.989,5 m² (23,5 hectares), onde, em 05 de maio de 2008, iniciaram-se as obras para construção de salas de aulas e laboratórios. Com a publicação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais, as Escolas Agrotécnicas de Concórdia, Sombrio e Rio do Sul foram integradas e passaram a ser *campus* do Instituto Federal Catarinense. A partir da Portaria nº 04, publicada em 07 de janeiro de 2010, o Ministério da Educação estabeleceu a relação de todos os *campi* que integrariam cada um dos IFs criados no Brasil.

Com isso, a unidade que funcionava em Videira como extensão de Concórdia foi elevada à condição de *campus* do Instituto Federal Catarinense, passando a ter autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira. As obras do *Campus* Videira tiveram início, em 05 de maio de 2008, com a construção das salas de aulas, laboratórios, ginásio, cantina, biblioteca, auditório e bloco administrativo. O *campus* foi inaugurado em 01 de fevereiro de 2010, com o início das aulas, em 26 de abril do mesmo ano, dos cursos técnicos concomitante e subsequentes em Agropecuária, Eletroeletrônica e Informática.

No segundo semestre do mesmo ano, passou a ofertar o curso técnico subsequente em Segurança do Trabalho. Em 2011, ocorreu a construção da guarita, de outros 04 laboratórios, de uma edificação anexa ao ginásio e do bloco pedagógico. Já no ano seguinte, iniciaram-se as obras para pavimentação do *campus*. Com a nova estrutura estabelecida, houve expansão na oferta de vagas, sendo mantida a forma subsequente e criada a forma integrada ao ensino médio para os cursos de Informática, Agropecuária e Eletroeletrônica. Também foram criados o bacharelado em Ciência da Computação, a licenciatura em Pedagogia e as especializações em Desenvolvimento Web, Desenvolvimento Rural e Agronegócio e Educação com ênfase nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, além da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e do Programa Mulheres Mil. Em 2016, teve início o curso de bacharelado em Engenharia Elétrica.

1.2 COMPOSIÇÃO DA CPA

A CPA Institucional é composta pelos membros presidentes da Comissão Própria de Avaliação de cada *campus*. Dentre esses, em consonância com as regras de seu regimento interno, define-se o presidente, vice-presidente e secretário responsáveis pela coordenação dos trabalhos da comissão.

Presidente: Nágila Cristina Hinckel

Vice-presidente: Leonardo Talavera Campos

Secretário: Ramon Silva da Cunha

1.3 COMPOSIÇÃO DAS CPAS LOCAIS

Campus Araquari:

Docentes: Guilherme Sousa Mota e Rodrigo Martins Monzani

TAEs: Filipe Antunes da Silva e Maika Janine Lazzaris

Discentes: Tcharlata Françoise e Thaís Lemfers

Sociedade Civil Organizada: Rose Clea Vigolo e Fabiano Garcia

Campus Blumenau:

Docentes: Hélvio Silvester Andrade de Sousa e Franz Kafka Porto Domingos

TAEs: Cesar Augusto Kistner e Mateus Moraes Bueno

Discentes: Simone da Silva e Letícia Abramovizt

Sociedade Civil Organizada: Rubens Kuchenbecker e Luciano Bernardo

Campus Camboriú:

Docentes: Leonardo Talavera Campos e Gerson Carlos Saiss

TAEs: Jéssica Motta e Wuyslen Raniery

Discentes: José Galotta Lucena e Thaís Remilda Borba Correa

Sociedade Civil Organizada: Dorival Bueno e Jonas Luiz da Silva

Campus Concórdia:

Docentes: Rodrigo Nogueira Giovanni e Tiago dos Santos Gonçalves

TAEs: Luciane Baseggio Vendruscolo e Caio Campidele do Nascimento

Discentes: Karoline Letícia Lovis e Ingrid Aparecida dos Santos Guimarães

Sociedade Civil Organizada: Luiz Gustavo Rossi e Luiz Carlos Bergamo

Campus Ibirama:

Docentes: Ana Silvia de Lima Vielmo e Adriana Cardoso Pereira
TAEs: Camila Sita Küster e Guilherme Abraham Peres
Discentes: Monique Knoch
Sociedade Civil Organizada: Saulo Fonseca

Campus Luzerna:

Docentes: Katielle de Moraes Bilhan e Fernando Pintro
TAEs: Darlan Felipe Klotz e Dionathan Luan de Vargas
Discentes: Artur Kviczinski e Frederico Murilo Wlassak
Sociedade Civil Organizada: Ricardo Alternburger e Ranúzy Borges Neves

Campus Rio do Sul:

Docentes: Antônio João Fidélis e Renata Bongioiolo
TAEs: Daniel Fachini e Rogério Krause
Discentes: Julio Cesar Longen e Matheus Guilherme de Souza
Sociedade Civil Organizada: Ingo Wilhelm e Francisco Carlos

Campus Santa Rosa do Sul:

Docentes: Louise Farias da Silveira e Silvane Daminelli
TAEs: Rosane Stumm e Kelly Mari Pacheco
Discentes: Sandra Letícia da Silva e Leonardo Geremias Madeira
Sociedade Civil Organizada: Agnaldo Trevisol e Jerri Ronssani

Campus São Bento do Sul:

Docentes: Nágila Cristina Hinckel e Bruno Maia de Guimarães
TAEs: Maria de Nasaré de Oliveira e Leandro Machnicki Altaniel
Discentes: Juliezer da Silva e Marden Willer Silva Barbosa
Sociedade Civil Organizada: Mauro Osowski e Charles Costi

Campus São Francisco do Sul:

Docentes: Levon Bologian e Joceli Antônio Andreola
TAEs: Ighor Alexandre Mudrey e Larissa Vezu Baglione de Oliveira
Discentes: Luan Vidal Bastos e Juliana Gomes de Oliveira
Sociedade Civil Organizada: João dos Santos Junior e Andréia Vicente da Costa
Conceição

Campus Sombrio:

Docentes: Lucas Spillere Barchinski e Matheus Lorenzato Braga

TAEs: Patrícia Kellen Pereira e Vanessa Dias Espíndola
 Discentes: Janete Rodrigues Bondan e Márcia Cavalheiro Paim
 Sociedade Civil Organizada: Silvano Claudino Pereira e Jonas D'Ávila dos Santos

Campus Videira:

Docentes: Lucilene Dal Medico Baerle e Josy Alvarenga Carvalho Gardin
 TAEs: Ramon Silva da Cunha e Tiago Possato
 Discentes: Bruno Borsatti Chagas e Artur Abitante
 Sociedade Civil Organizada: Aline Sartorel e Aline Perazzoli Buratto

1.4 HISTÓRICO DA COMISSÃO CPA 2017-2018

A equipe da CPA responsável pelos trabalhos a serem desenvolvidos no biênio 2017/2018 assumiu suas funções a partir da publicação, em 06 de fevereiro de 2017, da Portaria nº 257/2017. O documento designava servidores, discentes e membros da sociedade civil organizada responsáveis por comporem a referida comissão.

Tendo em vista a necessidade de desenvolver o relatório referente ao instrumento aplicado no ano de 2016, a nova gestão da CPA trabalhou arduamente para cumprir sua primeira demanda, elaborando o documento e encaminhando-o no prazo, ao Ministério da Educação, até a data de 31 de março. O referido documento encontra-se disponível para acesso em: <http://ifc.edu.br/cpa/>.

Entre abril e maio, depois do cumprimento das demandas herdadas da comissão anterior, a equipe da CPA realizou a composição do seu planejamento estratégico e organização das metas e ações para 2018. Entre essas metas, constavam as seguintes:

- Rever o texto e validar o regimento interno;
- Solicitar apoio institucional às demandas da CPA e definir espaço para as equipes da CPA Local nos *campi*;
- Alinhar as equipes das CPAs e compor as portarias para formalização e organização dos documentos da secretaria;
- Criar pastas na ferramenta Google Drive, para cada um dos *campi*, organizando e padronizando as demandas;
- Estabelecer registros de atas e das ações da CPA Local e Institucional;
- Elaborar apresentação institucional da CPA para sensibilização da comunidade acadêmica;
- Fortalecer a marca CPA (banner, identidade visual nos materiais, banner digital, publicação das ações);
- Elaborar o projeto para o desenvolvimento do Seminário Interinstitucional;
- Buscar fontes de fomento para eventos e submeter projetos;
- Definir grupo de trabalho para elaboração dos indicadores e das diretrizes de análise;

- Entrar em contato com as instituições públicas de ensino superior e propor a criação de uma rede catarinense de comissões próprias de avaliação, para socialização das melhores práticas;
- Estabelecer estratégias para socialização do relatório anterior, sensibilização da comunidade acadêmica, implementação do questionário, análise dos dados e composição dos relatórios;
- Definir calendário de reuniões;
- Mensurar demandas que envolvem custos;
- Elaborar briefing de eventos para a Cecom;
- Definir membros da CPA para atualização da página da CPA.

Com base nas metas, foram definidas ações, e, a partir destas, a CPA elaborou seu cronograma de trabalho para o ano.

Durante 2017, houve duas modificações na equipe da CPA Institucional, Sombrio e São Francisco do Sul, uma vez que os membros foram convidados para assumir outras funções em seus *campi*. As alterações das portarias foram realizadas e arquivadas pela secretaria da CPA.

As reuniões da Comissão aconteceram de forma presencial e a distância, e as atas foram desenvolvidas pela secretária e arquivadas.

No ano de 2017, deveria ser implementada uma análise bianual, no entanto, em virtude das dificuldades ocorridas, na análise em 2015 e 2016, por problemas no sistema, por inconsistências no instrumento e na programação, respectivamente, decidiu-se reestruturá-lo em atenção às várias manifestações dos respondentes quanto à composição do questionário em 2016. Diante disso, foi constituído um grupo de trabalho para o realinhamento das premissas para autoavaliação institucional, considerando-se as demandas institucionais, os 5 eixos e as 10 dimensões propostos pelo Sinaes.

Uma vez definido o processo de autoavaliação institucional e selecionada a ferramenta de coleta dos dados, as equipes das CPAs Locais mobilizaram-se para implementar as ações previstas, conforme metodologia expressa na sequência.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a composição, sensibilização, aplicação, análise e divulgação dos resultados está fundamentada nas premissas do Plano Estratégico das ações da CPA, de maio de 2017, nos termos da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n° 65, e compreende os seguintes itens:

a) Alinhamento do instrumento de coleta de dados

Para dar início ao alinhamento do instrumento de autoavaliação institucional, a equipe da CPA Institucional definiu algumas premissas, entre elas:

- A elaboração e aplicação deste instrumento não deve ser apenas o cumprimento de um ato de regulação do MEC, mas antes de tudo uma oportunidade de repensar e qualificar as práticas, processos e infraestrutura institucional, considerando as demandas levantadas pela comunidade acadêmica.
- O instrumento precisa ser claro e objetivo, com indicadores que expressem o entendimento institucional de qualidade, nos diferentes eixos e suas dimensões.
- O instrumento não deve ser muito extenso e poderá prever a possibilidade de aplicação particionada (não para este ano, por conta dos prazos para implementação da avaliação).
- O instrumento deve ser desenvolvido e adaptado, sempre que necessário, às especificidades de cada um dos segmentos (TAEs, docentes e discentes), garantindo a diversidade de olhares sobre aspectos distintos e comuns.
- A resposta aos indicadores deve ser capaz de expressar o quão próximo ou o quão distante o IFC está da qualidade almejada.
- Os indicadores devem estar alinhados com as possibilidades de resposta, ao ponto de se transformarem em ação estratégica pela Gestão sempre que o resultado demonstrar que o indicador de qualidade não foi atingido.
- O respondente deve ter a possibilidade de manifestar-se em todos os indicadores.
- A escala de resposta ao indicador deve ampliar a fidedignidade da informação, com a inclusão do item zero (*não se aplica, não sei responder*).

Diante destas premissas, foi organizado um grupo de trabalho, formado por alguns membros da CPA Institucional, que se ocuparam em desenvolver os indicadores de qualidade. Durante o processo de reflexão sobre as especificidades dos instrumentos, abriu-se a possibilidade de verificar qual a percepção dos servidores que estão lotados na Reitoria. E, em comum acordo, decidiu-se estabelecer um formulário específico para este segmento.

O instrumento ficou dividido pelos eixos do Sinaes, composto por 95 indicadores para discentes e TAEs, 109 indicadores para docentes e 65 indicadores para a Reitoria.

Cada questão representa um indicador de qualidade, ou seja, o ideal de práticas, processos e infraestrutura desejado para o *campus* e para o IFC como um todo.

Para cada afirmação, foi organizada uma escala de 0 a 5, da seguinte forma:

- 0 - Não se aplica / não sei responder.
- 1 - Não atende ao indicador de qualidade.
- 2 - Atende de forma insuficiente ao indicador de qualidade.
- 3 - Atende parcialmente ao indicador de qualidade.
- 4 - Atende de forma suficiente ao indicador de qualidade.
- 5 - Atende plenamente ao indicador de qualidade.

Além da composição do instrumento, a equipe organizou um texto de contextualização do respondente, que trazia um exemplo sobre a forma adequada de preenchimento.

Para cada indicador, era possível que o participante se posicionasse, apresentando os motivos pelos quais o *campus*/IFC está distante ou próximo do indicador de qualidade e apresentando sugestões de melhoria.

Na sequência, foi realizada a revisão textual do instrumento, para posterior postagem na ferramenta em que seria realizada a coleta de dados.

b) Organização do instrumento no sistema

Por conta da inconsistência na organização dos dados pela postagem do questionário no SIGA-A (o que tornou dificultosa e não estratificada a análise no relatório 2016), a equipe da CPA, com aval da equipe gestora institucional, decidiu definir nova ferramenta para coleta de dados.

Mesmo reconhecendo as limitações da ferramenta, a plataforma escolhida para organização e posterior aplicação do instrumento de avaliação institucional foi o *Google Forms*. As questões foram organizadas e inseridas nos formulários pelos membros da CPA, e a estratégia de programação do instrumento permitiu o sigilo da identidade dos respondentes aos formulários. Estando o questionário implementado na ferramenta (*Google Forms*), foi realizado o pré-teste, nos dias 25 e 26 de outubro, com os alguns membros da CPA do Instituto Federal Catarinense.

c) Ações de sensibilização da comunidade acadêmica

As ações de sensibilização no ano de 2017 foram previstas no planejamento estratégico da CPA, visto que o número de respondentes ao questionário anterior foi baixo, se considerado o número total de servidores e discentes.

A equipe da CPA Institucional levantou várias possibilidades de sensibilização, sendo que as equipes da CPA nos *campi* tiveram autonomia para definir quais estratégias eram mais assertivas, considerando o contexto do seu *campus*.

Um diferencial para este ano foram as rodas de conversa que anteciparam o processo de coleta dos dados. Nem todos os *campi* realizaram esta ação. A ideia era possibilitar a reflexão e a compreensão sobre cada um dos eixos e dimensões previstas no instrumento de forma antecipada.

Além disso, os membros da CPA Institucional organizaram uma ação colaborativa em que todos os *campi* deveriam realizar o "Dia D CPA", a partir de um chamamento para todos os segmentos, com o intuito de socializar o relatório anterior e já sensibilizar para o preenchimento do novo instrumento, explicando suas especificidades e a importância da participação efetiva de todos para melhoria da qualidade dos processos, das práticas e da infraestrutura institucional. Os membros da Reitoria também tiveram a oportunidade de participar deste momento, em evento específico.

d) Aplicação do instrumento de coleta de dados

A aplicação do instrumento de autoavaliação institucional aconteceu entre os dias 06 de novembro de 2017 e 30 novembro de 2017, sendo que o formulário ficou aberto por mais uma semana, depois deste período.

O link para preenchimento da avaliação institucional foi encaminhado por e-mail. Os servidores e discentes receberam notificações pelo SIGA-A e por e-mail, além da atualização semanal da quantidade de respondentes, em relação ao quantitativo de pessoas vinculadas a cada segmento.

Alguns dos servidores e discentes utilizaram os computadores dos laboratórios nos *campi*, que ficaram à disposição em alguns horários específicos, favorecendo o acesso e a participação de todos.

e) Levantamento dos dados e resultados da aplicação

Diferentemente do ano anterior, a ferramenta utilizada e a programação do instrumento permitiram que os dados fossem coletados por *campus*. Essa ação buscou favorecer o processo de análise pelas comissões locais, bem como aproximar os comentários dos participantes às necessidades de melhoria no *campus*.

No entanto, essa escolha fez com que a Comissão Institucional tivesse um trabalho extra, que consistia em reunir todos os dados em uma única planilha, para que essas informações estivessem passíveis de análise, tanto de forma global quanto local, por *campus*.

Outra ação importante, para compor o resultado da aplicação, foi a definição de médias, que pudessem tornar mais tangível a percepção do quão distantes ou quão próximos estamos dos indicadores de qualidade desenvolvidos.

O conceito 0 não foi computado na média, pois representa situações em que o indicador não se aplica ou o participante não sabe responder, inferindo, nesse caso, desinformação sobre a prática, processo ou infraestrutura. Essa ação permitiu a diminuição de casos em que a pessoa avalia negativamente ou positivamente situações que lhe são desconhecidas, alterando dados e interferindo no processo de análise.

Considerando os conceitos de 1 a 5, foi feita a subdivisão por médias, que atendeu aos seguintes critérios:

1,0 a 2,9 – As médias, dentro desse intervalo, apresentadas pela cor VERMELHA, sugere, que estamos distantes da qualidade expressa pelo indicador, e que as medidas e as ações para melhoria do indicador requerem URGÊNCIA institucional.

3,0 a 4,5 – As médias, dentro desse intervalo, apresentadas pela cor AMARELA, sugerem que estamos atingindo de forma satisfatória a qualidade expressa pelo indicador, e que as medidas e ações que favoreçam o seu pleno atendimento devem ser potencializadas e, por isso, requerem ATENÇÃO institucional.

4,5 a 5,0 – As médias, dentro desse intervalo, apresentadas pela cor VERDE, sugerem que estamos atingindo de forma plena a qualidade expressa pelo indicador, e que as medidas e as ações que promoveram a percepção da qualidade requerem trabalho institucional para sua MANUTENÇÃO.

f) Análise dos dados

A composição da análise dos dados institucionais se deu com a participação das Comissões Próprias de Avaliação Locais, que contribuíram para a análise e a organização das informações considerando os eixos, as dimensões, os indicadores, os segmentos pesquisados e os comentários expressos.

A análise foi feita com base em planilha que expressa a média institucional, quanto à percepção da comunidade acadêmica, frente ao indicador de qualidade apresentado.

Diante da média e das cores, cada membro da CPA deveria fazer uma reflexão sobre o indicador, levando em consideração os comentários, expressos pelos respondentes, que distanciavam a instituição do atendimento pleno do indicador de qualidade, exprimindo, assim, possíveis ações de melhoria institucional.

Outro ponto de destaque é que, além da análise global do eixo e da dimensão, foi criado um resumo por tópicos, com os principais apontamentos dos participantes, para facilitar a leitura do relatório.

IMPORTANTE: Além da análise institucional, com os dados globais, cada *campus* desenvolveu seu próprio relatório, apresentando as especificidades relacionadas ao seu *campus*. Este relatório servirá como um complemento, no sentido de que a Gestão poderá utilizá-lo como instrumento de gestão democrática e participativa, reconhecendo os pontos fracos e fortes de seu *campus* (sob o ponto de vista da comunidade acadêmica) e implementando ações para buscar a qualificação contínua.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 EIXOS E DIMENSÕES

Assim como está previsto na Lei nº 10.861/2004 e na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65, este documento contempla as dez dimensões distribuídas nos cinco eixos de autoavaliação, quais sejam:

a) Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional

Este eixo tem como objetivo verificar a adequação e efetividade do planejamento geral da instituição, sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os Projetos Pedagógicos de cursos, assim como com os procedimentos de avaliação e o acompanhamento do planejamento institucional implementados.

A dimensão vinculada a este eixo refere-se à “Dimensão 8 – Planejamento e Avaliação”. Sob esse aspecto, a observação do funcionamento da CPA influi diretamente na obtenção de respostas a esse quesito, uma vez que se torna o próprio processo de acompanhamento. Nesse sentido, a função da CPA é especificamente o acompanhamento, uma vez que tal ação se torna indispensável para o levantamento fidedigno e oportuno de informações na tomada de ações estratégicas, conforme previsto em estatuto.

Como forma de identificar e acompanhar as ações relacionadas ao planejamento e à avaliação institucional, foram elaboradas as seguintes assertivas para a avaliação dos docentes, discentes e TAEs:

- Reconheço a importância do preenchimento do instrumento de autoavaliação institucional para a qualificação da infraestrutura, dos processos e práticas no *campus* e no IFC.
- Os resultados das Avaliações institucionais anteriores são divulgados no *campus*.
- O planejamento do *campus* é colaborativo e possui representantes das esferas (docentes, discentes e TAEs).
- As ações previstas no resultado da avaliação institucional (que foram implementadas pelos gestores) são divulgadas.

b) Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

O presente eixo subdivide-se considerando duas dimensões: “Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional” e “Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição”.

Tem como objetivo verificar as finalidades, os objetivos e os compromissos da instituição explicitados em documentos oficiais. Sob esta perspectiva, a CPA contribui

para identificar o potencial de concretização do desenvolvimento institucional, por meio da análise das potencialidades, possibilidades, carências e dificuldades relacionadas à missão, à visão e aos valores, vinculadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A responsabilidade social também se vincula a este eixo e deve estar presente na instituição, na sociedade e nas relações com instituições sociais, culturais e educativas.

Para acompanhar as ações relacionadas a este eixo e a estas dimensões, foram organizadas as seguintes proposições para apreciação do público-alvo:

- Conheço a missão do IFC.
- O IFC cumpre sua missão.
- Conheço o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFC.
- São realizadas ações de desenvolvimento sustentável no *campus*.
- As diferenças étnicas, religiosas, políticas e de gênero são respeitadas.
- As ações de inclusão para pessoas com deficiências são efetivas.
- O *campus* desenvolve atividades que integram Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).
- São realizadas ações que promovem o empreendedorismo.

c) Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

O presente eixo busca verificar as políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como estratégias de comunicação com a sociedade e as políticas institucionais de atendimento aos discentes.

As dimensões relacionadas a esse eixo são: “Dimensão 2 – Políticas para o ensino, pesquisa e extensão”, “Dimensão 4 – Comunicação com a sociedade” e “Dimensão 9 – Políticas de atendimento aos discentes”.

Neste contexto, as políticas acadêmicas que essencialmente consideram a vida acadêmica no ensino, na pesquisa e na extensão, e estes três em articulação, encontram-se em elaboração e análise pelos profissionais que pensam, planejam e executam as ações dentro da instituição como um todo e nos seus *campi*.

As assertivas organizadas para identificar a percepção da comunidade acadêmica quanto a este eixo são:

Afirmativas aplicadas apenas para os discentes:

- O Programa de Assistência Estudantil (PAE) é satisfatório.
- O atendimento da Coordenação de Assistência Estudantil (CAE/CGAE/SAE) é satisfatório.

Afirmativas aplicadas apenas para docentes e TAEs:

- As ações de acompanhamento dos egressos são eficientes.

Afirmativas aplicadas apenas para docentes e discentes:

- As atividades de ensino são divulgadas no *campus*.
- O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) é atuante.
- O Projeto Pedagógico do seu curso atende às necessidades dos Arranjos Produtivos Locais (APLs).
- Os componentes curriculares (disciplinas) são trabalhados de forma integrada.
- O curso proporciona aprendizagem compatível com as expectativas do estudante.
- As práticas de ensino adotadas pelos professores do curso são eficientes.
- Os programas de intercâmbio são incentivados.
- Sou comprometido com o curso a que estou vinculado.
- As atividades não presenciais e/ou a distância (EaD) são eficientes.
- Há amplo acesso aos recursos virtuais (ambientes virtuais, página para docentes, cursos ou projetos).
- Os serviços prestados pelo Núcleo/Setor Pedagógico (Nupe) são satisfatórios.
- Os serviços prestados pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidade Específicas (Napne) são eficientes.

Afirmativas aplicadas aos três segmentos:

- O IFC promove ações de prevenção da retenção e evasão escolar, favorecendo o êxito e a permanência dos alunos.
- O atendimento na Coordenação de Registros Acadêmicos (Secretaria) é efetivo.
- Sou comprometido com o IFC.
- Os docentes são comprometidos com o curso.

- O desenvolvimento e a participação em pesquisas são incentivados.
- As atividades de pesquisa são amplamente divulgadas.
- A avaliação de projetos de pesquisa é transparente.
- Existe interesse em participar/desenvolver projetos de pesquisa.
- O IFC incentiva o desenvolvimento e a participação em atividades de extensão.
- O IFC divulga amplamente as atividades de extensão.
- O IFC é transparente e claro na avaliação de projetos de extensão.
- Tenho interesse em participar ou desenvolver projetos de extensão.
- As atividades de extensão desenvolvidas pelo *campus* atendem às necessidades da comunidade.
- A participação em projetos de ensino é incentivada.
- A avaliação dos projetos de ensino é transparente e clara.
- As atividades de projetos de ensino são amplamente divulgadas.
- Interesse-me em participar ou desenvolver projetos de ensino.
- A sociedade conhece amplamente o IFC.
- As atividades e ações desenvolvidas pelo *campus* são amplamente divulgadas para a sociedade.
- As atividades e ações desenvolvidas no *campus* consideram as necessidades da sociedade.
- As informações são amplamente divulgadas no site institucional, de forma clara e organizada.
- O IFC explora amplamente as mídias disponíveis.
- O retorno das demandas solicitadas à Ouvidoria são eficientes.
- A atuação da Coordenação de Comunicação (Cecom) é eficiente.
- As etapas para a realização do estágio são eficientes.
- Os processos do Ingresso no IFC são claros e eficientes.

d) Eixo 4 - Políticas de Gestão

O presente eixo busca verificar as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, entre elas: aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional, condições de trabalho, funcionamento e representatividade dos colegiados, participação da comunidade universitária e sustentabilidade financeira da instituição.

Este eixo contempla as seguintes dimensões de análise: “Dimensão 5 - Políticas de Pessoal”, “Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição” e “Dimensão 10 - Sustentabilidade Financeira”.

Para identificar as questões relacionadas a esta dimensão, foram consideradas as seguintes assertivas:

Afirmativas aplicadas especificamente para TAE

- A relação entre quantidade de TAE e carga de trabalho exigida é bem distribuída.
- A Comissão Interna de Supervisão (CIS) do *campus* é eficaz.

Afirmativas aplicadas especificamente para docentes

- A relação entre quantidade de docentes e carga de trabalho exigida é bem distribuída.
- A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) do *campus* é eficaz.

Afirmativas aplicadas especificamente para docentes e TAEs

- As políticas de capacitação do IFC contribuem para o seu desenvolvimento.
- A política de formação continuada é incentivada no IFC.
- O *campus* incentiva boas relações interpessoais no ambiente de trabalho.
- A direção do *campus* tem boa integração com docentes e TAEs
- A Comissão de Ética do IFC é atuante em suas atividades.
- Os princípios éticos são respeitados no ambiente de trabalho do IFC.
- As políticas de admissão de docentes temporários ou substitutos são transparentes no IFC.
- As políticas de movimentação (remoção e redistribuição) de servidores são transparentes e respeitadas.
- Os processos de avaliação de estágio probatório ou progressão funcional do IFC são adequados e efetivos.
- A indicação de servidores para cargos de chefia ou funções gratificadas obedece a critérios técnicos.
- O plano de carreira dos servidores é adequado.
- Os coordenadores de cursos são comprometidos com suas atividades.

Afirmativas aplicadas para os três segmentos:

- A Comissão Própria de Avaliação é eficaz no *campus*.
- Os TAEs são comprometidos com as atividades em que atuam.

- Os docentes são comprometidos com as atividades em que atuam.
- Os coordenadores de comissões, comitês, GTs e núcleos são comprometidos com suas as atividades.
- O diretor do *campus* é comprometido com suas as atividades.
- A Coordenação-Geral de Ensino (CGE) é comprometida com suas atividades.
- O diretor de Ensino é comprometido com suas atividades.
- O diretor administrativo é comprometido com suas atividades.
- A Gestão da Reitoria do IFC é eficiente.
- A Gestão do *campus* é eficiente.
- As tomadas de decisões no *campus* são democráticas.
- As tomadas de decisões no IFC Reitoria são democráticas.
- A Gestão do *campus* é transparente.
- O *campus* cumpre o planejamento anual.
- Os *campi* trabalham integrados com a Reitoria.
- A atuação do Conselho Superior (Consuper) é eficaz.
- A atuação do Colegiado do Curso é eficaz.
- A atuação do Colegiado de Dirigentes (Codir) é eficaz.
- A atuação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) é satisfatória.
- A atuação do Conselho do Campus (Concampus) é eficaz.
- A atuação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) é eficaz.
- A atuação do Comitê de Ensino é eficaz.
- A atuação do Comitê de Avaliação de Projetos de Pesquisa (CAPP) é eficaz.
- A atuação do Comitê de Extensão do Campus é eficaz.
- A atuação da Pró-Reitoria de Ensino é eficaz.
- A atuação da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação é eficaz.
- A atuação da Pró-Reitoria de Extensão é eficaz.
- A atuação da Pró-Reitoria de Administração é eficaz.
- A atuação da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional é eficaz.
- No IFC, a política orçamentária é transparente e coerente em cada *campus*.
- A previsão e execução financeira direcionada para o ensino, a pesquisa e a extensão é eficaz.
- As políticas de expansão e manutenção dos espaços físicos destinados ao ensino, à pesquisa e à extensão são eficazes.

e) Eixo 5 - Infraestrutura Física

Este eixo está relacionado à Dimensão 7 – Infraestrutura Física, que versa sobre a importância de análise acerca das questões relacionadas à infraestrutura física, especialmente aquelas voltadas ao ensino, à pesquisa, à biblioteca, aos recursos de informação e comunicação etc.

Para acompanhar e verificar este eixo, foram elaboradas as seguintes sentenças:

Afirmativas aplicadas para TAEs e docentes:

- O acervo disponibilizado pela biblioteca é adequado às demandas do curso.
- Os laboratórios utilizados para aulas atendem plenamente às demandas, considerando projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Afirmativas aplicadas para os três segmentos:

- A infraestrutura da biblioteca (mesas, cadeiras, espaço físico, computadores) atende às expectativas.
- Os serviços prestados pela biblioteca (renovação, empréstimos, acesso a portais, atendimento etc.) são eficientes.
- O *campus* possui áreas de convivência.
- A higiene e a conservação das dependências do IFC são adequadas.
- As dependências do *campus* são adequadas para atender às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- O *campus* disponibiliza acesso à internet de qualidade.
- A qualidade dos equipamentos audiovisuais é adequada às necessidades do *campus*.
- O *campus* disponibiliza salas de aula com iluminação, conservação, dimensão, comodidade e limpeza adequadas.
- O *campus* dispõe de serviço de reprografia (reprografia, encadernação, impressão, etc.) de forma satisfatória.
- Os serviços prestados pelo refeitório (qualidade, atendimento, limpeza) são satisfatórios.
- Os serviços prestados pela cantina (qualidade, atendimento, limpeza) são satisfatórios.

Considerando cada um dos eixos apresentados acima, suas dimensões de análise e os indicadores de qualidade desenvolvidos para acompanhamento do desempenho institucional, expõe-se, a seguir, a análise detalhada, por eixo, do instrumento.

4 ANÁLISE DOS DADOS

No desenvolvimento da análise dos dados, decidiu-se trabalhar o relatório de forma fragmentada, ou seja, desenvolver 01 (um) relatório institucional (que será postado no sistema eMEC) e relatórios locais, que expressassem as especificidades de cada um dos *campi*, com relação às práticas, aos processos e à infraestrutura institucional. Os relatórios locais servirão de base para composição das ações estratégicas pela Gestão do *campus* e da Reitoria.

Participaram do processo de autoavaliação institucional: 2.250 pessoas, entre docentes, TAEs e discentes.

Em um contexto geral, considerando a média da percepção de todos os *campi* e segmentos, o Instituto Federal Catarinense demonstra atender de forma satisfatória a maior parte dos indicadores. No entanto, sob o ponto de vista da qualidade e do desenvolvimento pleno desses indicadores, é importante atenção para que estes dados não só apontem para a necessidade de se desenvolver estratégias que visem potencializar a qualidade institucional, mas também de, principalmente, transformá-las em ações em cada um dos *campi*, a fim de socializar estas práticas de forma ampla e adequada.

Para melhor compreensão da análise que segue, indica-se a retomada da leitura do Item 2, letra “e”¹, deste relatório, que define as cores² e suas interpretações, de acordo com as médias obtidas.

4.1 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO EIXO 1 (PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL)

O **Eixo 1** está correlacionado com a **Dimensão 8**, que igualmente versa sobre Planejamento e Avaliação. Considera as ações de planejamento institucional (PDI³, PPI⁴), bem como de avaliação, mais especificamente a Avaliação Institucional, a partir da análise em todos os *campi*.

Nesse sentido, os indicadores desse eixo foram desenvolvidos com o objetivo de reconhecer a efetividade das ações de sensibilização e socialização dos relatórios pelas Comissões Próprias de Avaliação nos *campi*, bem como das ações tomadas institucionalmente em resposta aos apontamentos dos relatórios anteriores.

Dos 653 respondentes que aplicaram o conceito 0⁵ – “Não se aplica, não sei responder” –, mais da metade são discentes (370), que, em parte, indicaram que os processos de comunicação foram falhos ou inexistentes, não atingindo a comunidade acadêmica. Entre os servidores, a maior parte que aplicou o conceito zero (0) diz que

1 Item 2 versa sobre a metodologia, e a letra “e”, sobre levantamento dos dados e resultados da aplicação.

2 Verde: indicador plenamente atingido; amarelo: indicador atingido em parte (requer atenção); vermelho: indicador não atingido (requer urgência).

3 Doravante denominado Plano de Desenvolvimento Institucional e Plano Pedagógico Institucional.

4 Vale ressaltar que esses dados ainda expressam as ações referentes ao ano de 2016.

5 É importante lembrar que o conceito 0 (zero) não foi considerado na média geral, para diminuir os desvios quanto ao atingimento do indicador, por conta de pessoas que desconhecem a situação ou em relação a aquelas às quais a situação não se aplica.

ingressou recentemente na instituição ou que não acompanhou o processo e, por este motivo, não sabe responder. No entanto, alguns comentários apontam para ausência de socialização.

A análise refere-se ao ano de 2016. Em relação a esse ano, não há registros de atas ou listas de presença em eventos de socialização e sensibilização; no entanto, em 2017, as CPAs Locais foram orientadas a realizar o registro do processo de socialização e sensibilização dos dados do relatório anterior, o que desconstrói em alguns casos certos comentários.

Figura 2 – Indicadores e médias institucionais: Eixo 1 – Dimensão 8



Fonte: Dados extraídos da avaliação institucional em 2017 (ano referência 2016).

Como é possível verificar na Figura 2, 100% dos participantes disseram que reconhecem a importância do preenchimento da avaliação institucional, para qualificação da estrutura, dos processos e das práticas institucionais.

Tanto sob o ponto de vista da divulgação dos resultados das avaliações institucionais quanto da construção de planejamentos participativos, os servidores demonstram que, em um contexto geral, os processos ainda estão distantes do indicador de qualidade apresentado, requerendo **URGÊNCIA** nas ações e medidas para este fim. Vale frisar que diferença entre a média dos servidores e a média dos discentes é baixa, menos de 0,20 pontos.

4.1.1 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 1- Dimensão 8)

a) Pontos a melhorar

Abaixo são listados os pontos, observados nos apontamentos dos respondentes, que nos distanciam do pleno atendimento aos indicadores do Eixo 1:

Quanto à divulgação dos relatórios e das ações implementadas:

- Inexistência ou baixa divulgação.
- Meios de divulgação ineficientes e não adequados.
- Falta ou pouca ênfase nas ações executadas.
- Baixa visibilidade da CPA no *campus*.

Quanto ao planejamento colaborativo:

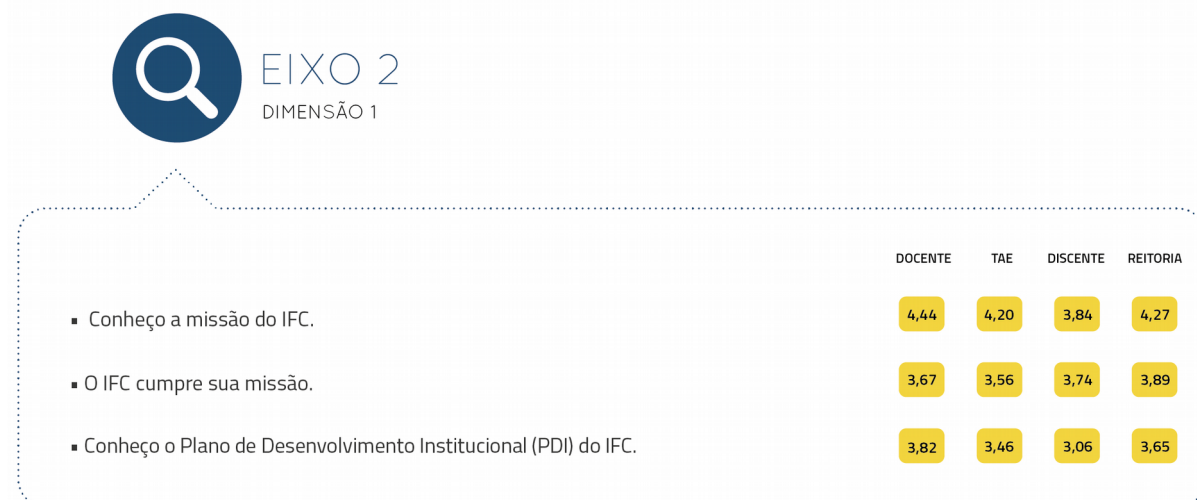
- Baixa representatividade dos discentes.
- Planejamento centralizado.
- Autocracia velada, existe consulta, mas a vontade da maioria nem sempre é respeitada.
- Comunidade acadêmica é convidada, mas não participa.
- Comunicação ineficaz.
- Falta discussão sobre os resultados da CPA no processo de planejamento nos *campi*.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO EIXO 2 (DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL)

O **Eixo 2** está vinculado às **Dimensões 1 e 3**, que abordam respectivamente: Missão e PDI, e Responsabilidade Social.

A missão corresponde à razão de ser de uma instituição e deve estar expressa também no Plano de Desenvolvimento Institucional⁶, que apresenta as propostas relacionadas à finalidade, aos objetivos e compromissos da instituição, incluindo as ações de Responsabilidade Social.

Figura 3 – Indicadores e médias institucionais: Eixo 2 – Dimensão 1



Fonte: Dados extraídos da avaliação institucional em 2017 (ano referência 2016).

⁶ O PDI está disponível para consulta no site institucional: http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2015/02/PDI-2014_2018.pdf.

Sob o ponto de vista da **análise da média institucional**, os indicadores demonstram que o IFC está atendendo de forma satisfatória os indicadores acima, no entanto, isso requer **ATENÇÃO** por parte da Gestão, no sentido de potencializar estas ações.

Destacando-se os indicadores da **Dimensão 1**, é possível inferir que os servidores apresentam maior conhecimento da missão do que os discentes. Alguns dos *campi* apontam para a importância de se disseminar a missão e visão em locais de grande circulação do *campus*, favorecendo a visualização por todos, bem como comunicar as ações para o desenvolvimento e implementação do PDI. Em seus comentários, os servidores dizem não se sentirem parte do processo de planejamento institucional.

Figura 4 - Indicadores e médias institucionais: Eixo 2 – Dimensão 3



EIXO 2
DIMENSÃO 3

- São realizadas ações de desenvolvimento sustentável no campus.
- As diferenças étnicas, religiosas, políticas e de gênero são respeitadas.
- As ações de inclusão para pessoas com deficiências é efetiva.
- O campus desenvolve atividades que integram Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).
- São realizadas ações que promovem o empreendedorismo.

DOCENTE	TAE	DISCENTE	REITORIA
3,23	3,10	3,55	3,33
3,94	3,84	4,11	4,07
3,59	3,44	3,90	3,49
3,61	3,54	3,95	3,77
3,02	3,22	3,33	X

Fonte: Dados extraídos da avaliação institucional em 2017 (ano referência 2016).

Em análise aos indicadores referentes ao Eixo 2 - **Dimensão 3**, apesar de as médias globais não serem negativas e haver posicionamentos sobre ações assertivas no atendimento às necessidades específicas das pessoas, os comentários apontam, igualmente ao relatório de 2016, que a infraestrutura⁷ precisa ser melhorada, para que todos possam ser atendidos adequadamente.

Quanto ao respeito às diferenças, há muitos comentários e posicionamentos dos participantes da avaliação que demonstram que existem ações positivas dentro dos *campi*; no entanto, ainda aparecem comentários que reforçam que a falta de respeito às diferenças (gênero, raciais, religiosas e políticas) permanece uma constante, mesmo que de forma velada, nas ações e nas palavras dentro dos *campi*. Nesse indicador, a compreensão de discentes e servidores da Reitoria está muito próxima ao atendimento pleno do indicador de qualidade.

⁷ No relatório de cada *campus*, as necessidades serão apresentadas de forma mais específica.

O empreendedorismo e a organização de atividades que envolvam ciência, tecnologia e sociedade são mais presentes em alguns *campi* do que em outros. Sob o ponto de vista dos docentes e dos TAEs, ainda há muito o que ser feito, e o indicador, pela média geral, quase ficou abaixo da média, considerada satisfatória.

4.2.1 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 2 - Dimensão 1 e 3)

Entre os principais elementos que foram pontuados pelos participantes para o não atendimento pleno do indicador, apresentam-se os seguintes:

Quanto à sustentabilidade, à inclusão e ao respeito às diferenças:

- Falta de comunicação, divulgação e socialização das ações desenvolvidas.
- Falta de projetos que envolvam toda a comunidade acadêmica.
- Dificuldade de transformar o pensamento e o discurso em ações práticas.
- Falta de engajamento da comunidade acadêmica as ações do NGA.
- Bullying.
- Ações preconceituosas da comunidade acadêmica quanto à diversidade de gênero.
- Intolerância política e desrespeito aos diferentes pontos de vista.

Quanto às atividades que relacionam CTS e as ações de empreendedorismo:

- Falta de estrutura.
- Baixo investimento em ciência e tecnologia.
- Projetos isolados.
- Falta de políticas institucionais.
- Intolerância às práticas de empreendedorismo e à ações envolvendo CTS.
- Inexistência ou ineficiência na divulgação.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO EIXO 3 (POLÍTICAS ACADÊMICAS)

O Eixo 3 do instrumento de autoavaliação institucional diz respeito às políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão, objetivando verificar como essas áreas se articulam no contexto acadêmico e externo, com a comunidade em geral. As dimensões relacionadas a esse eixo são as seguintes: “Dimensão 2 – Políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão”, “Dimensão 4 – Comunicação com a sociedade” e “Dimensão 9 – Políticas de atendimento aos discentes”.

A **Dimensão 2**, especificamente, busca informações a respeito das políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão, pilares sobre os quais os estabelecimentos da Rede Federal de Ensino estão alicerçados. Assim, a referida dimensão é composta por indicadores que verificam a efetivação desses três aspectos basilares dentro e fora da instituição, que serão abordados na sequência.

Figura 5 - Indicadores e médias institucionais: Eixo 3 – Dimensão 2.1 - Políticas acadêmicas



EIXO 3
DIMENSÃO 2.1

	DOCENTE	TAE	DISCENTE	REITORIA
▪ As atividades de ensino são divulgadas no campus.	3,75	X	3,71	X
▪ O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONCEPE) é atuante.	3,21	X	3,37	X
▪ O Projeto Pedagógico do seu curso atende as necessidades dos Arranjos Produtivos Locais (APL)*.	3,61	X	3,55	X
▪ Os componentes curriculares (disciplinas) são trabalhados de forma integrada.	3,00	X	3,58	X
▪ O IFC promove ações de prevenção da retenção e evasão escolar, favorecendo o êxito e permanência dos alunos.	3,12	2,93	3,28	X
▪ O atendimento na Coordenação de Registros Acadêmicos (Secretaria) é efetivo.	3,99	3,99	3,95	X
▪ O curso proporciona aprendizagem compatível com as expectativas do estudante.	3,75	X	3,73	X
▪ As práticas de ensino adotadas pelos professores do curso são eficientes.	3,17	X	3,50	X
▪ Os programas de intercâmbio são incentivados.	2,45	X	2,47	X
▪ Sou comprometido com o IFC.	4,71	4,65	4,23	4,70
▪ Sou comprometido com o curso em que estou vinculado.	4,75	4,29	4,30	X
▪ Os docentes são comprometidos com o curso.	3,95	3,56	3,98	X
▪ As atividades não presenciais e/ou a distância (EaD) são eficientes.	3,13	X	3,53	X
▪ Há amplo acesso aos recursos virtuais (ambientes virtuais, página para docentes, cursos ou projetos).	3,40	X	3,73	3,77

* Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação a aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. (IBMEC, 2014)

Fonte: Dados extraídos da avaliação institucional em 2017 (ano referência 2016).

Como é possível verificar pela Figura 5, existem dois indicadores em relação aos quais o Instituto Federal Catarinense demonstra **PLENO ATENDIMENTO** da prática analisada, considerando-se a média institucional.

Estes indicadores estão relacionados ao comprometimento individual com o IFC e com o curso a que estão vinculados. As análises de ambas as médias demonstram alinhamento quanto ao comprometimento dos indivíduos com a instituição e com o curso ao qual estão vinculados. Há maior satisfação por parte dos docentes, cuja nota atribuída é de 4,75. Todavia, a média para técnicos administrativos é mais baixa, mas, ao mesmo tempo, muito próxima, sendo de 4,29. Para discentes, a nota atribuída é de 4,30.

4.3.1 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 3 - Dimensão 2.1)

Em um contexto geral, analisando a Figura 5, pode-se perceber que o Instituto Federal Catarinense vem atendendo de forma **SATISFATÓRIA** a maior parte dos indicadores relacionados às Políticas de Ensino na instituição. No entanto, isso requer **ATENÇÃO**. Sob a perspectiva dos respondentes, os seguintes pontos precisam ser superados para que seja possível atingir os indicadores em plenitude:

Quanto à divulgação das atividades de ensino e atuação do Consepe:

- Comunicação e divulgação das atividades de ensino ineficientes ou inexistentes.
- Burocratização.
- Dificuldades com o excesso de siglas.

Quanto à compatibilidade do Projeto do Curso com os APL (Arranjos Produtivos Locais):

- Falta de planejamento e diálogo.
- Criação de cursos decorrente de questões políticas.
- Decisões autocráticas (de cima para baixo).
- Vários setores de produção não são atendidos.
- Formação de mão de obra para o “mercado”.
- Foco no empreendedorismo.
- Decisões muito acadêmicas e pouco estratégicas.
- Falta de pesquisa e articulação com os APL.
- Falta apoio de algumas entidades.
- Desconhecimento dos arranjos produtivos locais (APL).

Quanto ao curso e à compatibilidade entre a aprendizagem e as expectativas dos estudantes:

- Componentes curriculares desarticulados.
- Falta de estrutura física e laboratórios para o desenvolvimento da aprendizagem.
- Falta de clareza docente quanto às expectativas discentes.
- Falta de nivelamento.
- Aulas muito teóricas.
- Estudantes com pouca clareza sobre suas expectativas e seus objetivos.

Quanto às práticas docentes:

- Falta de interesse por parte dos estudantes.
- Avaliações incompatíveis com as práticas em sala.
- Falta de didática.
- Falta de ética docente.
- Muita teoria/ aulas expositivas.
- Pouca integração do docente com o estudante.
- Conhecimentos prévios do estudante não são valorizados.
- Práticas retrógradas.
- Não consideração da diversidade para organização das aulas.
- Falta de conhecimento técnico.

- Linguagem não adequada.

Quanto à integração curricular:

- Muita burocracia e demandas que impedem a integração.
- Falta de diálogo entre os docentes.
- Falta de clareza sobre o conceito de integração.
- Falta colocar em prática o que está previsto.
- Docentes muito fechados e com comportamentos irredutíveis.
- Fragmentação curricular.
- Currículos com carga horária muito grande e que não preveem integração.

Quanto à efetividade ação da CRA:

- Falta de cordialidade e ética.
- Falta infraestrutura para que o trabalho seja efetivo.
- Poucos técnicos.
- Sobrecarga de trabalho.
- Demora e ineficiência no andamento dos processos.
- Desconhecimento das ações da CRA.
- Falta comunicação e diálogo.
- Desorganização e desinformação sobre os processos.

Alguns pontos, em especial, requerem **URGÊNCIA** em seu tratamento, por sugerirem que o Instituto Federal Catarinense, sob o ponto de vista da comunidade acadêmica, está muito distante do indicador de qualidade apresentado.

Dentre os pontos que interferem no atendimento pleno dos indicadores, os mais mencionados pela comunidade acadêmica são:

Quanto às ações de prevenção da evasão escolar:

- Não existem ações institucionais.
- Excesso de trabalho e de demandas para as equipes pedagógicas.
- Falta de recursos e bolsas insuficientes.
- Falta de comunicação entre os pares para definição de estratégias.
- Falta de divulgação das ações.
- Falta de apoio, acompanhamento pedagógico e orientação psicológica para os estudantes.
- Inexistência ou baixo estímulo para formação em assuntos relacionados com esse tema.
- Comportamento docente (desestímulo e humilhação) com relação ao discente.

Quanto ao incentivo institucional para programas de intercâmbio:

- Desconhecimento da comunidade acadêmica.
- Ausência de comunicação.
- Excesso de burocracia.
- Ausência de ações.

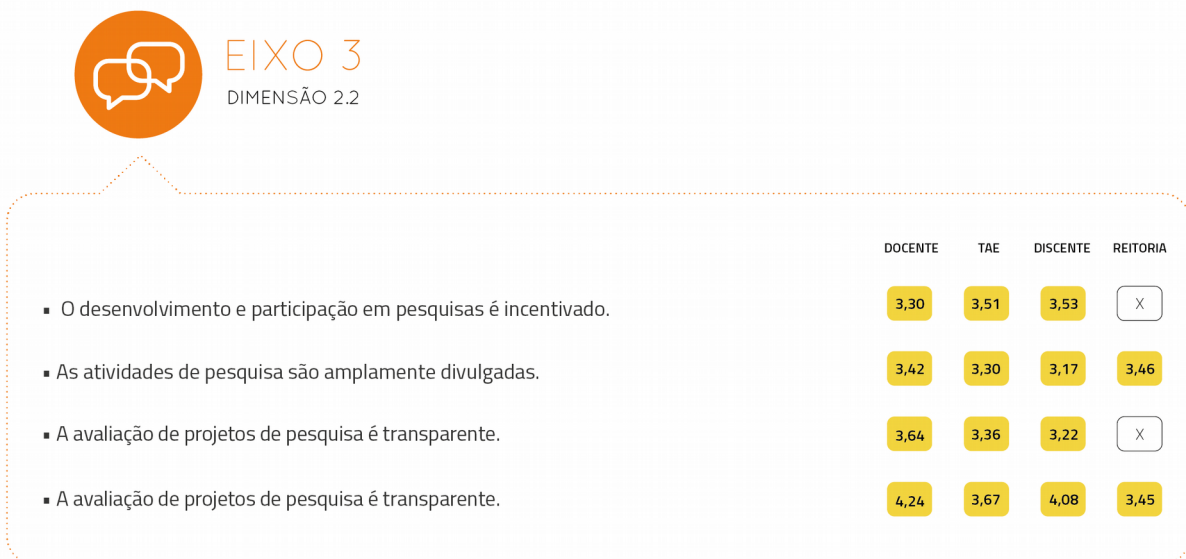
Quanto às **atividades não presenciais ou a distância**, foram consideradas somente as respostas de *campi* que atuam com essa realidade. Nesse sentido, foi possível verificar que o IFC atende de forma SATISFATÓRIA a referida modalidade de ensino, com a indicação, nos comentários dos participantes, de que as ferramentas ainda são bem rudimentares e que deveria haver um estudo para sua implementação de forma institucional.

Já com relação **ao acesso aos recursos virtuais**, mais uma vez a percepção é de que este acesso é SATISFATÓRIO nos *campi*, não atendendo de forma plena o indicador apresentado.

DIMENSÃO 2 – 2.2 POLÍTICAS DE PESQUISA

A Dimensão 2.2, presente no Eixo 3 de políticas acadêmicas, versa especificamente sobre as políticas de pesquisa institucionais e sua efetividade nos *campi*.

Figura 6 - Indicadores e médias institucionais: Eixo 3 – Dimensão 2.2 - Políticas de Pesquisa



Fonte: Dados extraídos da avaliação institucional em 2017 (ano referência 2016).

Errata: Onde se lê, no último indicador, aplicado a todos os segmentos, “a avaliação de projetos de pesquisa é transparente”, leia-se: “Existe interesse em participar/desenvolver projetos de pesquisa.”

Quanto à divulgação e ao incentivo dos processos de pesquisa, no contexto institucional, o IFC demonstra atender SATISFATORIAMENTE esse indicador, apontando para a necessidade de ampliar o processo de divulgação e de reduzir as burocracias, que ainda representam entraves na instituição.

Quanto à transparência dos processos avaliativos para projetos de pesquisa, mais uma vez, a percepção dos servidores e discentes é a de que o IFC atende este indicador de forma satisfatória.

4.3.2 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 3 - Dimensão 2.2)

Dentre os pontos que interferem no atendimento pleno dos indicadores, os mais apontados pela comunidade acadêmica são:

Quanto ao incentivo, à divulgação e à transparência nos processos de pesquisa:

- Falta de clareza nos critérios de avaliação dos projetos.
- Comunicação ineficiente ou inexistente.
- Falha no processo de divulgação.

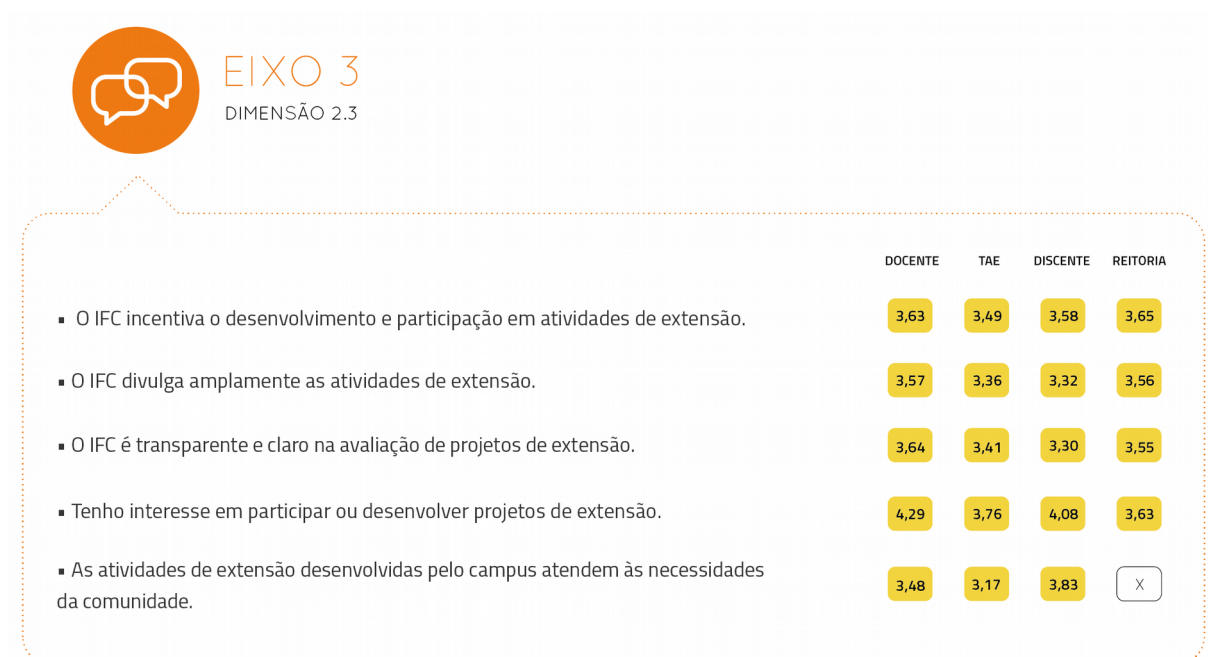
Quanto ao interesse em participar ou desenvolver projetos:

- Inexistência de tempo.
- Não existe variedade de pesquisas.
- Interesse diminui em razão da burocracia.
- Recursos são limitados.
- Falta de incentivo da Gestão e oportunidades.
- Carga horária de ensino impede a participação e/ou o desenvolvimento de projetos.
- A estrutura desestimula a participação/elaboração.

DIMENSÃO 2 – 2.3 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A Dimensão 2.3, presente no Eixo 3 de políticas acadêmicas, versa especificamente sobre as políticas de extensão institucionais e sua efetividade nos *campi*.

Figura 7- Indicadores e médias institucionais: Eixo 3 – Dimensão 3: Políticas de extensão



Fonte: Dados extraídos da avaliação institucional em 2017 (ano referência 2016).

Conforme é possível visualizar na Figura 7, o Instituto Federal Catarinense, em um contexto global, pelas médias de cada um dos segmentos, vem atendendo de forma SATISFATÓRIA os indicadores relacionados às políticas institucionais de extensão.

No indicador relacionado ao interesse em participação de projetos de extensão, docentes e discentes apontam maior motivação em participar, considerando os demais segmentos.

4.3.3 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 3 - Dimensão 2.3)

Dentre os pontos que interferem no atendimento pleno dos indicadores, os mais apontados pela comunidade acadêmica são:

Quanto ao incentivo, à divulgação e à transparência nos processos de extensão:

- Demandas reprimidas.
- Falta apoio e incentivo.
- Critérios de avaliação não são apresentados.
- Desconhecimento.
- Divulgação e comunicação ineficientes.
- Indícios de fraude.
- Falta de recurso e estrutura institucional.

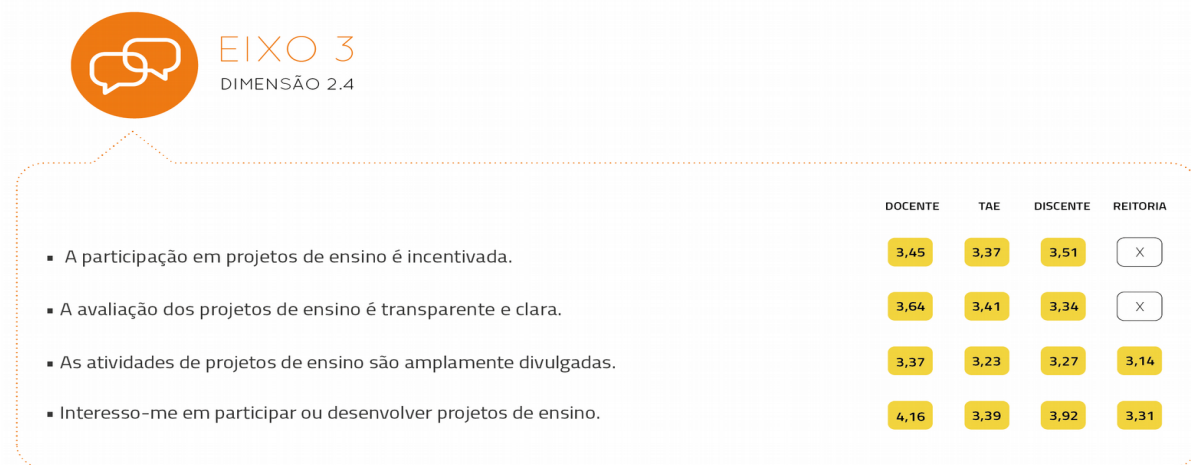
Quanto ao interesse em participar ou desenvolver projetos de extensão e ao atendimento das demandas sociais:

- Falta de divulgação e orientação aos discentes.
- Falta de análise sobre as demandas da comunidade.
- Falta de tempo e recursos (bolsas).
- Pouca participação dos servidores.

DIMENSÃO 2 – 2.4 POLÍTICAS DE ENSINO

A Dimensão 2.4, presente no Eixo 3 de políticas acadêmicas, versa especificamente sobre as políticas de ensino e sua efetividade nos *campi*.

Figura 8 - Indicadores e médias institucionais: Eixo 3 – Dimensão 3: Políticas de ensino



Fonte: Dados extraídos da avaliação institucional em 2017 (ano referência 2016).

Conforme é possível visualizar na Figura 8, o Instituto Federal Catarinense, em um contexto global, pelas médias de cada um dos segmentos, vem atendendo de forma SATISFATÓRIA os indicadores relacionados às políticas de ensino.

Ponto que merece destaque é o interesse na participação de docentes e discentes, muito embora os comentários sugiram que a estrutura e o incentivo precisam ser melhorados.

4.3.4 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 3 - Dimensão 2.4)

Dentre os pontos que interferem no atendimento pleno dos indicadores, os mais apontados pela comunidade acadêmica são:

Quanto ao incentivo, à divulgação e à transparência nos processos de ensino:

- Desconhecimento.
- Ineficiência ou ausência de processos de divulgação.
- Não existem critérios avaliativos claros.
- A composição das comissões não é clara.
- Demora na análise dos processos.
- Falta de incentivo aos TAEs.

Quanto ao interesse em participar ou desenvolver projetos de ensino:

- Falta de tempo.
- Falta de análise sobre as demandas da comunidade acadêmica.
- Falta de tempo e recursos.
- Pouca participação dos servidores.

DIMENSÃO 4 – COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE

Os indicadores desenvolvidos para a Dimensão 4 referem-se à efetividade das estratégias de comunicação desenvolvidas pelo IFC.

Como é possível identificar, até o momento, em todas as análises e considerações da comunidade acadêmica, a questão do desconhecimento, da falta de informações ou da ineficiência dos processos comunicativos é uma constante.

Chama-se atenção também as baixas médias que quase nos colocam em zona de URGÊNCIA, em boa parte dos indicadores analisados.

Como é possível verificar na Figura 9, há uma possibilidade de conexão entre as médias que estão em vermelho, visto que, sob o ponto de vista da média institucional, as ações dos *campi* não são divulgadas e isso interfere na possibilidade de o IFC ser amplamente conhecido. Analiticamente, este descompasso é vinculado à ineficiência da Coordenação de Comunicação na instituição segundo as percepções da comunidade acadêmica, em especial dos servidores da Reitoria e dos docentes.

Figura 9 - Indicadores e médias institucionais: Eixo 3 – Dimensão 4: Comunicação com a comunidade



Fonte: Dados extraídos da avaliação institucional em 2017 (ano referência 2016).

4.3.5 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 3 - Dimensão 4)

Dentre os pontos que interferem no atendimento pleno dos indicadores, os mais apontados pela comunidade acadêmica são:

Quanto à percepção social do IFC, à divulgação, à clareza e à organização das informações:

- Falta de acessibilidade e ergonomia do site institucional (difícil navegação e localização de informações).
- Falta investimento para melhorar os processos de comunicação e divulgação.
- Mídias de divulgação limitadas e ineficientes.
- Pouca divulgação das ações desenvolvidas.
- Confusão com a identidade do IFC.
- Pouca atualização.
- Ênfase em assuntos não relevantes.
- Produção insuficiente da Cecom.

Quanto às ações desenvolvidas e sua relação com as necessidades da sociedade:

- O diálogo com a sociedade é limitado.
- Os canais de comunicação não são de fácil acesso.
- Atendem mais às necessidades dos docentes do que às da sociedade.

Quanto ao amplo uso das mídias disponíveis:

- As mídias sociais são pouco exploradas.
- Pouca produção audiovisual.
- A configuração das páginas dificultam o compartilhamento de informações.

Quanto à eficiência do retorno das demandas solicitadas à Ouvidoria:

- Ouvidoria não dá respostas claras.
- Falta comunicação e divulgação das ações da Ouvidoria.
- Desconhecimento da Ouvidoria e suas ações.
- Despreparo dos servidores que trabalham na Ouvidoria.

Quanto à eficiência da atuação da Coordenação de Comunicação (Cecom):

- Desconhecimento da Cecom e suas ações.
- Sobrecarga de trabalho e falta de tempo.
- Falta de planejamento para envio dos materiais com antecedência.
- Há profissionais de outras áreas trabalhando na Cecom.
- Falta clareza e transparência no critério utilizado para seleção e destaque das notícias.

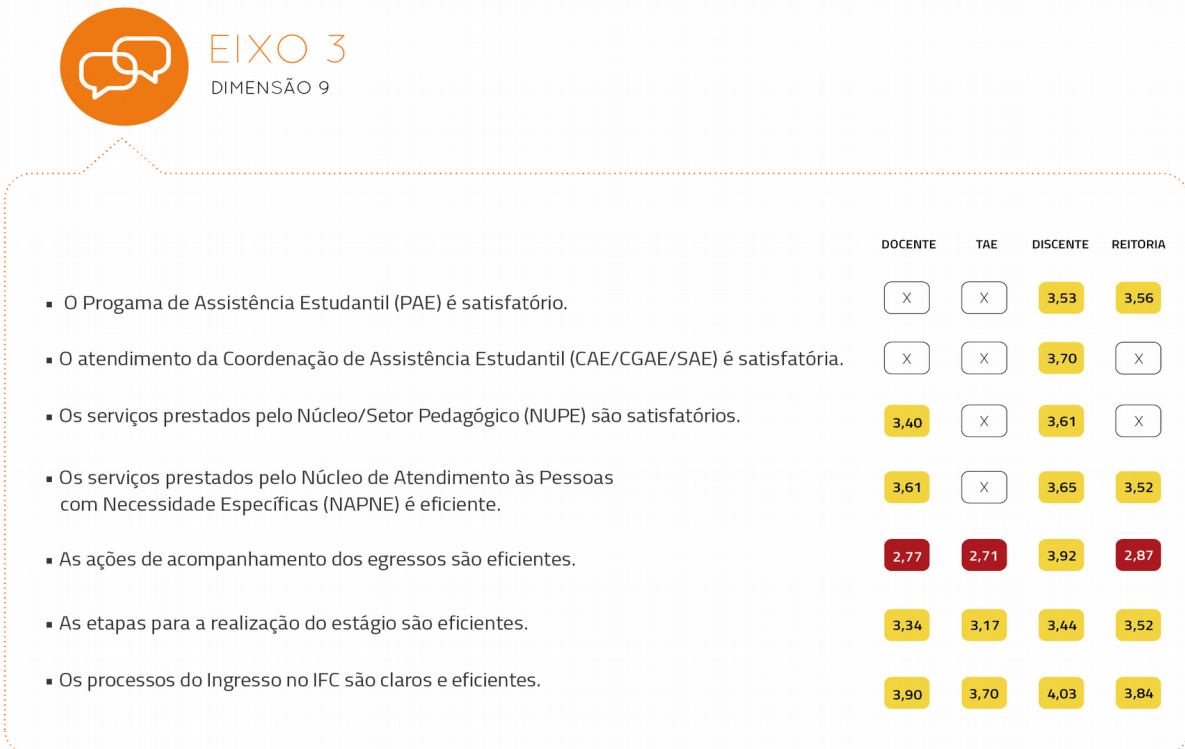
DIMENSÃO 9 – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO DISCENTE

A Dimensão 9 está vinculada ao Eixo 3 - Políticas Acadêmicas e aborda as políticas e as ações institucionais de atendimento ao discente. Considerando as médias gerais, por segmento, o Instituto Federal Catarinense atende de forma satisfatória a maior parte dos indicadores de qualidade expressos no instrumento.

Conforme é possível visualizar na Figura 10, o ponto que merece mais URGÊNCIA, sob o ponto de vista dos servidores (nos *campi* e na Reitoria), refere-se às ações de acompanhamento ao egresso.

Os demais itens, relacionados ao ingresso, à realização de estágios e à atuação dos núcleos e setores de atendimento aos discentes, aparecem como satisfatórios, requerendo ATENÇÃO por parte da Gestão.

Figura 10 - Indicadores e médias institucionais: Eixo 3 – Dimensão 9 - Políticas de atendimento ao discente



Fonte: Dados extraídos da avaliação institucional em 2017 (ano referência 2016).

4.3.6 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 3 - Dimensão 9)

Dentre os pontos que interferem no atendimento pleno dos indicadores, os mais apontados pela comunidade acadêmica são:

Quanto ao atendimento do CAE/CGAE/SAE, Nupe e Napne:

- Desconhecimento dos setores e de suas ações.
- Servidores com ar de superioridade.
- Foco no ensino médio.
- Falta de ações preventivas.
- Falta de comunicação entre Nupe e docentes.
- Muita burocracia e poucas ações efetivas.
- Distanciamento do Nupe frente às práticas pedagógicas.
- Falta de capacitação e formação dos servidores do Napne dificultam direcionamentos e encaminhamentos.
- Napne não se posiciona de forma clara e efetiva.

Quanto à eficiência das etapas para realização de estágio:

- Processo muito burocrático.
- As vagas são pouco divulgadas.
- Comunicação falha.
- Confusão com o estágio probatório.
- Estágios curtos.
- Poucos convênios.

Quanto à eficiência e clareza dos processos de ingresso e das ações de acompanhamento ao egresso:

- Desconhecimento das ações de acompanhamento ao egresso.
- Provas ruins.
- O Sisu atrasa o ingresso.
- Desconhecimento do Enem como opção de ingresso.
- Editais complicados.
- Ausência de apresentação do conteúdo programático no edital.
- Problemas na geração das GRUs.

4.4 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO EIXO 4 (POLÍTICAS DE GESTÃO)

Os indicadores relacionados aos temas de políticas de gestão objetivam verificar a situação das políticas de pessoal, as quais incluem a carreira dos servidores, a possibilidade de aperfeiçoamento, o desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho. Além disso, referem-se ao funcionamento e à representatividade dos colegiados e conselhos, à participação da comunidade universitária, bem como ao desempenho financeiro da instituição.

O **Eixo 4**, Políticas de Gestão é vinculado a três dimensões: Dimensão 5 (Políticas de Pessoal), Dimensão 6 (Organização e Gestão da Instituição) e Dimensão 10 (Sustentabilidade Financeira).

Figura 11 - Indicadores e médias institucionais: Eixo 4 – Dimensão 5: Políticas de pessoal

	DOCENTE	TAE	DISCENTE	REITORIA
▪ As políticas de capacitação do IFC contribuem para o seu desenvolvimento.	3,25	3,28	X	3,67
▪ A política de formação continuada é incentivada no IFC.	3,46	3,34	X	3,79
▪ O campus incentiva boas relações interpessoais no ambiente de trabalho.	3,44	3,24	X	3,43
▪ A direção do campus tem boa integração com docentes e TAE'S.	3,61	3,36	X	X
▪ A Comissão de Ética do IFC é atuante em suas atividades.	3,42	3,08	X	3,71
▪ Os princípios éticos são respeitados no ambiente de trabalho do IFC.	3,56	3,27	4,00	3,66
▪ As políticas de admissão de docentes temporários ou substitutos são transparentes no IFC.	4,15	3,80	X	X
▪ As políticas de movimentação (remoção e redistribuição) de servidores são transparentes e respeitadas.	3,47	3,46	X	X
▪ Os processos de avaliação de estágio probatório ou progressão funcional do IFC são adequados e efetivos.	3,45	3,34	X	3,38
▪ A indicação de servidores para cargos de chefia ou funções gratificadas obedece critérios técnicos.	3,15	2,84	X	3,14
▪ A relação entre quantidade de TAE e carga de trabalho exigida é bem distribuída.	3,31	2,72	X	3,08
▪ A relação entre quantidade de docentes e carga de trabalho exigida é bem distribuída.	3,15	X	X	X
▪ A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) do Campus é eficaz.	3,94	X	X	X
▪ A Comissão Própria de Avaliação é eficaz no campus.	3,62	3,25	3,45	3,38
▪ A Comissão Interna de Supervisão (CIS) do Campus é eficaz.	X	3,16	X	3,39
▪ O plano de carreira dos servidores é adequado.	3,61	2,92	X	X

Fonte: Dados extraídos da avaliação institucional em 2017 (ano referência 2016).

Considerando a Figura 11, pode-se perceber que, em um contexto geral, considerando-se a média dos indicadores, o Instituto Federal Catarinense atende de forma satisfatória aos indicadores de qualidade estabelecidos. Nesse sentido, a Gestão deve ter **ATENÇÃO** na tomada de ações que visem potencializar seu pleno atendimento.

Dos aspectos relacionados à política de pessoal, alguns requerem **URGÊNCIA**, quais sejam: adequação do plano de carreira dos servidores, a relação entre a quantidade de TAEs e a distribuição de carga horária, e os critérios para indicação de servidores para cargos de chefia.

Outro ponto que merece atenção é o indicador que aborda a eficácia da atuação da CIS. Mesmo que o indicador tenha alcançado média satisfatória, ela está mais próxima da URGÊNCIA do que da plenitude.

Sob o ponto de vista do discente, no quesito *respeito aos princípios éticos*, quase chega-se ao atendimento pleno do indicador. No entanto, para os servidores, este indicador ainda precisa ser desenvolvido, pois as condutas dentro dos *campi* ainda contrariam a “ética” relacionada às instituições de ensino.

4.4.1 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 4 - Dimensão 5)

Dentre os pontos que interferem no atendimento pleno dos indicadores, os mais apontados pela comunidade acadêmica são:

Quanto às políticas de capacitação e formação continuada:

- Acesso limitado aos programas de capacitação, considerando-se os diferentes segmentos.
- Falta de adequação às temáticas escolhidas.
- Falta de diálogo para levantamento das demandas do *campus*.
- Pouco incentivo.
- Falta de critérios claros para afastamento do servidor e para concessão de bolsas.

Quanto ao incentivo das boas relações interpessoais no ambiente de trabalho e a integração da Gestão com os servidores:

- Falta de diálogo.
- Relacionamento conflituoso entre Gestão e servidores.
- Falta de ações que estimulem o bom relacionamento entre os diferentes segmentos.
- Muitas distinções entre as categorias TAE e docente.
- Ineficiência da Gestão.

Quanto à atuação da Comissão de Ética e ao respeito aos princípios éticos no IFC:

- Desconhecimento da comissão e de suas ações.
- Falta ou inexistência de divulgação das ações da Comissão.
- Falta de celeridade.
- Práticas e atitudes que contrariam a ética, que deve ser propagada em uma instituição de ensino.
- Prevalência de interesses particulares.

Quanto à transparência das políticas de admissão de docentes temporários ou substitutos e das políticas de movimentação de servidores:

- Falta de critérios ou ausência de divulgação destes.
- As pessoas que participam do processo de avaliação não necessariamente são da área técnica.
- Falta de divulgação.

Quanto à relação entre a quantidade de TAE e a carga horária de trabalho:

- Falta de TAE em *campus* mais novos.
- Má distribuição das atividades por parte da Gestão, gerando sobrecarga e ociosidade.
- Acúmulo e desvio de função dos TAEs.
- Falta de planejamento e Gestão na organização das atribuições nos *campi*.
- Carga horária incompatível.
- Muita burocracia.

Quanto à relação entre a quantidade de docentes e carga horária de trabalho:

- A carga horária de ensino impede a realização de atividades de pesquisa e extensão.
- Discrepância e má distribuição das atividades de ensino e administrativas por parte da Gestão.
- Alguns professores muito sobrecarregados e outros extremamente ociosos.
- Falta boa vontade e proatividade de alguns docentes.
- Burocracia.
- Processos de remoção e redistribuição que não consideram o contexto do *campus* que vai receber o servidor.
- Resolução nº 11/Consuper/IFC/2015 não é respeitada.
- Vagas criadas por questões políticas.
- Barganha da coordenação de curso com as disciplinas.

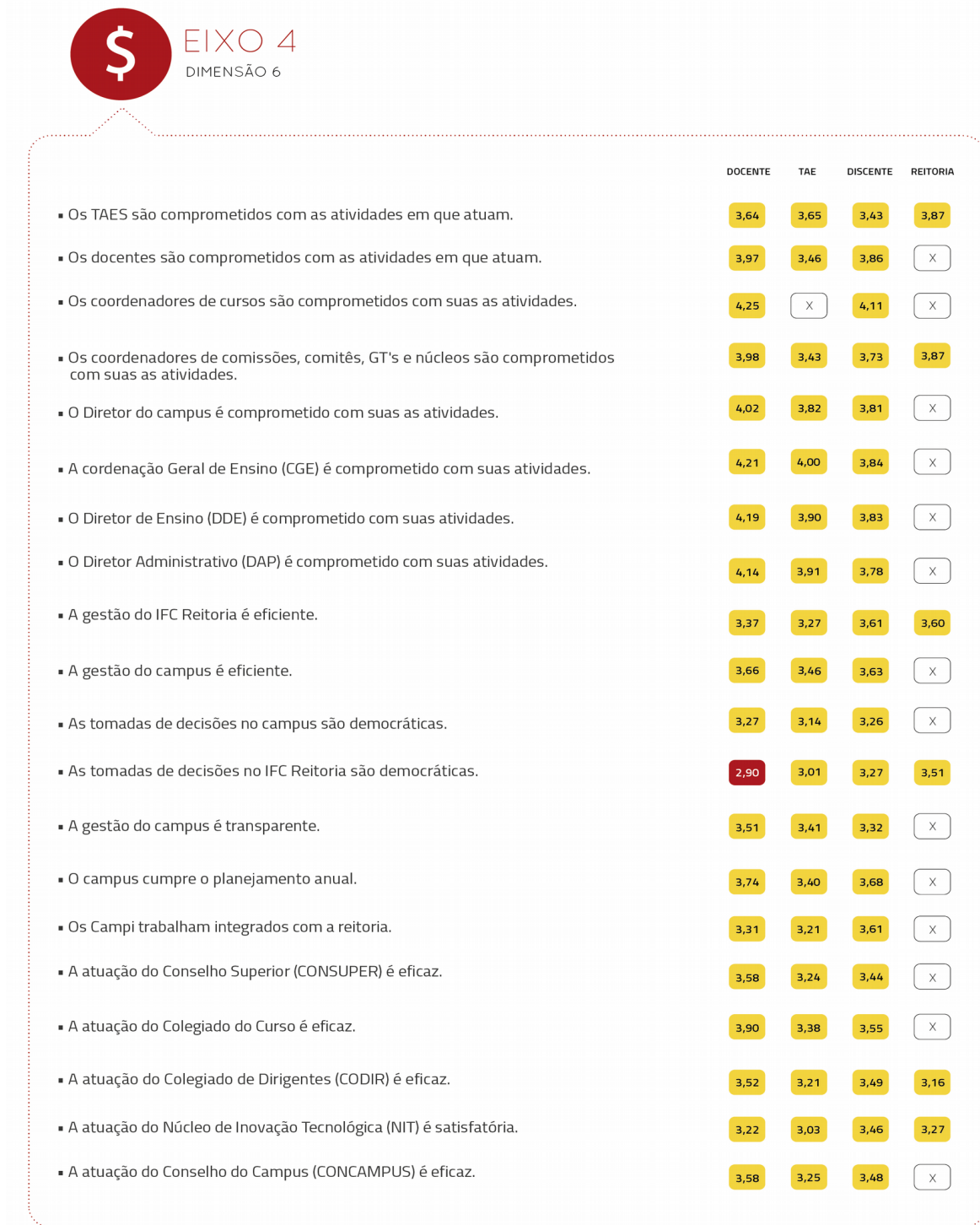
Quanto à atuação das Comissões (CPPD, CPA e CIS):

- Incompatibilidade entre a carga horária atribuída às comissões e as demandas de trabalho.
- Desconhecimento das Comissões e suas ações.
- Falta ou inexistência de divulgação e socialização das ações.
- Inexistência e ineficiência na prestação de contas à comunidade escolar.
- Os apontamentos feitos pelas comissões não são considerados pela Gestão.
- Procrastinação e atrasos da CPPD.
- Limitação da CPPD em relação a questões burocráticas.
- Não há continuidade nos trabalhos da CPA.
- CPA = questionário.
- Poucos membros participativos.

- Falta formação para esclarecer o papel da CPA na instituição.
- Pouca ação, desmobilização e desinteresse da CIS.

DIMENSÃO 6 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

Figura 12 - Indicadores e médias institucionais: Eixo 4 – Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição





EIXO 4

DIMENSÃO 6 *continuação*

- A atuação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) é eficaz.
- A atuação do Comitê de Ensino é eficaz.
- A atuação do Comitê de Avaliação de Projetos de Pesquisa (CAPP) é eficaz.
- A atuação do Comitê de Extensão do Campus é eficaz.
- A atuação da Pró-Reitoria de Ensino é eficaz.
- A atuação da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação é eficaz.
- A atuação da Pró-Reitoria de Extensão é eficaz.
- A atuação da Pró-Reitoria de Administração é eficaz.
- A atuação da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional é eficaz.

	DOCENTE	TAE	DISCENTE	REITORIA
	3,56	3,20	3,51	3,58
	3,62	3,34	3,52	3,39
	3,81	3,42	3,52	3,45
	3,77	3,43	3,52	X
	3,34	3,38	3,50	3,53
	3,48	3,32	3,47	3,49
	3,50	3,38	3,46	3,56
	3,45	3,29	3,45	3,62
	3,39	3,29	3,48	3,52

Fonte: Dados extraídos da avaliação institucional em 2017 (ano referência 2016).

Considerando os dados apresentados pela Figura 12, pode-se perceber que o Instituto Federal Catarinense atende de forma satisfatória aos indicadores de qualidade relacionados à Organização e Gestão da Instituição.

Alguns pontos, no entanto, demandam um pouco mais de URGÊNCIA e ATENÇÃO considerando-se as médias gerais obtidas. Entre eles estão: a democracia na tomada de decisão pela Reitoria e pelo *campus*, integração entre as ações do *campus* e da Reitoria, e a eficácia do NIT. Vale ressaltar que estes últimos, pelas médias gerais, estão na faixa de atenção, mas, como sua proximidade com a urgência de ações é maior do que a proximidade ao atendimento pleno do indicador, faz-se necessário este registro.

Quanto à eficácia da atuação do Codir e das Pró-Reitorias, muitos participantes aplicaram o conceito “0”, que representa a assertiva “não se aplica, não sei responder”. Esse conceito, quando aplicado, não interfere na média, mas pode sugerir que as ações e os objetivos desse Colegiado e das Pró-Reitorias estão sendo pouco divulgados na instituição.

Em relação à atuação dos conselhos, é possível inferir que muitos *campi* estão em processo de implantação desses grupos, o que inviabiliza a constatação da eficácia de suas ações, motivo pelo qual boa parte dos participantes pode ter atribuído conceito “0” (que não é contabilizado na média do indicador), entendendo que este tópico não se aplica à realidade do *campus* ou que não possui subsídios mínimos para qualificar o indicador.

Outros indicadores, pelo ponto de vista dos docentes, estão bem próximos da plenitude, como é o caso do comprometimento dos ocupantes das funções: DG, CGE, DDE, DAP e coordenação de curso.

Em um contexto geral, pode-se verificar que as percepções dos segmentos, em cada um dos indicadores deste eixo e desta dimensão, são bem próximas.

4.4.2 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 4 - Dimensão 6)

Dentre os pontos que interferem no atendimento pleno dos indicadores, os mais apontados pela comunidade acadêmica são:

Quanto ao comprometimento dos setores e servidores nos processos de organização e gestão institucional:

- Falta de ética.
- Falta de diálogo e comunicação.
- Excesso de tarefas.
- Pouco planejamento.
- Profissionais sem comprometimento e sem motivação.
- Falta de perfil para a função exercida.
- Benefícios pessoais prevalecem sobre os objetivos institucionais.
- Servidores sobrecarregados pela burocracia.
- Atrasos no início das aulas.
- Questões políticas.
- Professores não buscam melhorar suas práticas.

Quanto à gestão, ao planejamento, à transparência e ao caráter democrático da organização e do gerenciamento institucional:

- Desconhecimento.
- Falta de democracia.
- Comunicação ineficaz ou ausente.
- Ausência de divulgação de informações importantes.
- Falta de planejamento e de fluxos processuais claros.
- Democracia velada: as opiniões da maioria não são respeitadas.
- Omissão quanto às demandas levantadas por TAEs e docentes.
- Falta de participação da comunidade acadêmica.
- Autoritarismo e inflexibilidade.
- Confusão entre os aspectos pessoal e profissional.
- Reuniões informativas e não de discussão de ideias.
- Discentes são deixados de lado.

Quanto à eficácia da atuação dos colegiados de curso e de dirigentes (Codir):

- Desconhecimento sobre os colegiados e suas ações.
- Sugestões dos discentes são ignoradas ou superficialmente consideradas.
- Falta de divulgação das ações e demandas.
- Falta de direcionamento, objetividade e agilidade.
- Poucas reuniões.

Quanto à eficácia da atuação dos Conselhos (Consuper, Concampus e Consepe):

- Desconhecimento dos conselhos e das ações realizadas pelos mesmos.
- Falta de divulgação das ações e assuntos tratados pelos conselhos.
- Falta de transparência.
- Falta de ética nas ações.
- Conselhos agregam muitas demandas.
- Propostas são barradas por questões políticas.
- Falta clareza nos critérios e nas ações.
- Autoritarismo.

Quanto à eficácia da atuação dos Comitês (Ensino, Pesquisa e Extensão):

- Subjetividade nos processos de avaliação dos projetos.
- Desconhecimento dos comitês e das ações.
- Falta de comunicação e da divulgação das ações.
- Não existem normativas que fundamentem a reprovação dos projetos.
- Privilégios para conhecidos.

Quanto à atuação das Pró-Reitorias (Proad, Prodin, Proen Propi, Proex)

- Desconhecimento das ações e deliberações das Pró-Reitorias.
- Falha nos processos de divulgação dos objetivos e das ações das Pró-Reitorias.
- Falta ou ineficiência do planejamento e acompanhamento das ações, considerando-se a missão do IFC e as especificidades dos *campi*.
- Não existem indicadores que referenciem as atividades das Pró-Reitorias.

Proad

- A Proad deveria ser menos apática quanto às demandas específicas dos *campi*.
- Falta de esclarecimento aos servidores quanto aos processos de divisão e descentralização de recursos.
- Lentidão e ineficácia da Proad.

Prodin

- Falha da Prodin no atendimento das demandas dos TAEs.
- Falta de clareza nos critérios e nas regras de avaliação do estágio probatório.
- Falta de planejamento e pesquisa local, por parte da Prodin, na oferta de cursos.

Proen

- Proen não leva em consideração as particularidades de cada *campus*.
- Falta de transparência e autoritarismo.
- Metas e números são mais importantes do que a qualidade do ensino.
- As exigências da Proen burocratizam e tornam lentos os processos na instituição.

- A Proen precisa ouvir mais os docentes.

Proex

- Falta de investimentos e comunicação com a comunidade.
- Poucas ações institucionais.
- Mais diálogo sobre as estratégias e o foco de atuação.
- Meritocracia e exclusão.
- Falta de publicações e registros dos projetos desenvolvidos pelo IFC.

Propi

- Faltam recursos e infraestrutura para pesquisa nos *campi*.
- Falta de estímulo para inovação.
- Excesso de burocracias.
- Deveria se comunicar melhor com os *campi*.
- Falta de incentivo ao *lato sensu*.
- Falta a criação de uma rede de pesquisa e divulgação das produções internas.

DIMENSÃO 10 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A **Dimensão 10**, presente no **Eixo 4**, versa sobre as políticas orçamentárias, a previsão e execução financeira, bem como a coerência destas com as políticas de expansão e manutenção dos espaços físicos destinados ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Em um contexto geral, considerando os indicadores desenvolvidos para esta dimensão, o Instituto Federal Catarinense atinge de forma satisfatória o padrão de qualidade estabelecido. No entanto, analisando cuidadosamente os números, é possível perceber que, em todos os segmentos, as médias estão mais próximas da URGÊNCIA de ações do que do atendimento pleno do indicador.

Boa parte dos participantes apontam desconhecimento das questões orçamentárias e reconhecem a ausência ou ineficiência dos processos de divulgação das ações desenvolvidas, o que torna nebulosa e pouco transparente a definição das estratégias de investimento no IFC como um todo.

De acordo com a Figura 13, o indicador que versa sobre manutenção e expansão dos espaços destinados ao ensino, à pesquisa e à extensão é o que se encontra com a média mais baixa entre os segmentos pesquisados, requerendo URGÊNCIA na análise dos aspectos que devem ser melhorados para o pleno atendimento do indicador de qualidade.

Figura 13 - Indicadores e médias institucionais: Eixo 4 – Dimensão 10: Sustentabilidade Orçamentária



	DOCENTE	TAE	DISCENTE	REITORIA
▪ No IFC, a política orçamentária é transparente e coerente em cada campus.	3,23	3,11	X	X
▪ A previsão e execução financeira direcionada para o ensino, pesquisa e extensão é eficaz.	3,18	3,12	X	3,36
▪ As políticas de expansão e manutenção dos espaços físicos destinados ao ensino, pesquisa e extensão são eficazes.	2,96	3,02	3,28	X

Fonte: Dados extraídos da avaliação institucional em 2017 (ano referência 2016).

4.4.3 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 4 - Dimensão 10)

Dentre os pontos que interferem no atendimento pleno dos indicadores, os mais apontados pela comunidade acadêmica são:

Quanto à transparência e à coerência das políticas orçamentárias:

- Falta diálogo com os *campi*.
- Processo de divulgação ineficiente.
- A disponibilização das informações orçamentárias ainda é restrita e pouco acessível.
- As políticas são definidas institucionalmente pelos dirigentes.
- Falta planejamento e divulgação das ações.
- Decisões sobre os gastos são pouco democráticas.

Quanto à eficácia na previsão e execução financeira, bem como na expansão e manutenção vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão:

Previsão e execução

- Falta de divulgação para/com a comunidade acadêmica.
- Muitos *campi* não investem os recursos necessários pactuados.
- Baixo índice de bolsas de pesquisa, ensino e extensão.
- A pesquisa e extensão sempre aparecem em detrimento do ensino.
- Devolução e retenção de verba por falta de planejamento e em razão de gestão deficitária.
- Faltam diálogos e debates acerca do tema.
- Servidores e discentes não buscam fontes externas de fomento.
- Falta de transparência na aplicação do recurso.
- Faltam critérios para definir os gastos.

Expansão e manutenção

- Ausência de laboratórios e materiais para cursos em andamento.
- Laboratórios pequenos em relação à quantidade de estudantes.
- Materiais sucateados nos laboratórios.
- Abandonaram a manutenção para realizar a expansão.
- Falta de planejamento prévio.
- Espaços ociosos e subutilizados.
- Problemas de infraestrutura em banheiros e demais dependências do IFC.
- Falta de investimento e recursos.
- Valorização de alguns setores e áreas em detrimento de outras.
- Faltam em alguns *campi* o mínimo necessário para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Não há divulgação prévia e nem diálogo para se discutir as reais necessidades de cada *campus*.

4.5 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO EIXO 5 (INFRAESTRUTURA FÍSICA)

O **Eixo 5** é composto pela **Dimensão 7**, e ambos abordam a infraestrutura, esta entendida como fator primordial para que as ações e estratégias institucionais possam ser plenamente atingidas.

No tocante a este eixo e esta dimensão, ao analisarmos o Figura 14, é possível perceber que o Instituto Federal Catarinense vem atendendo de forma satisfatória os indicadores de qualidade relacionados à biblioteca, aos espaços de convivência, à mobilidade, à internet, aos recursos audiovisuais, à reprografia, à cantina e aos laboratórios. No entanto, a proximidade das médias com as medidas de URGÊNCIA aponta para a importância de um olhar criterioso da Gestão sobre este eixo, considerando-se os relatórios de autoavaliação por *campus* e as distintas realidades.

Figura 14 - Indicadores e médias institucionais: Eixo 4 – Dimensão 7: Infraestrutura Física



EIXO 5
DIMENSÃO 7

	DOCENTE	TAE	DISCENTE	REITORIA
▪ A infraestrutura da biblioteca (mesas, cadeiras, espaço físico, computadores) atende às expectativas.	3,62	3,48	3,80	X
▪ O acervo disponibilizado pela biblioteca é adequado às demandas do curso.	3,32	X	3,50	X
▪ Os serviços prestados pela biblioteca (renovação, empréstimos, acesso a portais, atendimento, etc) são eficientes.	4,11	3,72	4,18	X
▪ O campus possui áreas de convivência.	3,29	3,35	3,67	X
▪ A higiene e a conservação das dependências do IFC são adequados.	3,71	3,65	3,73	X
▪ As dependências do campus são adequadas para atender as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	3,42	3,14	3,69	X
▪ O campus disponibiliza acesso a internet de qualidade	3,39	3,54	3,22	X
▪ A qualidade dos equipamentos audio visuais é adequada as necessidades do campus	3,67	3,53	3,59	X
▪ O campus disponibiliza salas de aula com iluminação, conservação, dimensão, comodidade e limpeza adequadas.	3,78	3,83	3,84	X
▪ O campus dispõe de serviço de reprografia (reprografia, encadernação, impressão, etc) de forma satisfatória.	3,17	3,10	3,26	X
▪ Os serviços prestados pelo refeitório (qualidade, atendimento, limpeza) são satisfatórios.	X	X	2,67	X
▪ Os serviços prestados pela cantina (qualidade, atendimento, limpeza) são satisfatórios.	3,22	3,28	3,38	X
▪ Os laboratórios utilizados para aulas atendem plenamente as demandas, considerando projetos de ensino, pesquisa e extensão.	3,28	X	3,58	X

Fonte: Dados extraídos da avaliação institucional em 2017 (ano referência 2016).

Em um contexto geral, o indicador relacionado ao atendimento nos refeitórios apresenta médias que distanciam o IFC do indicador de qualidade, o que requer medidas que possam solucionar estas questões.

Outro aspecto que chama atenção na análise é o fato de que, a despeito de terem sido pontuados de forma positiva e intermediária, o serviço e a infraestrutura das bibliotecas, de acordo com os comentários apresentados, parecem estar aquém da expectativa dos respondentes, principalmente no tocante ao acervo, à estrutura de computadores e aos sistemas de empréstimo e multa. Este indicador recebeu a maior quantidade de comentários, o que evidencia a necessidade de mudanças e, por este motivo, está aqui registrado.

Quanto à limpeza, é perceptível que em alguns *campi* o processo funciona e em outros não. Nesse mesmo sentido, a existência de espaços de convivência são uma realidade em alguns lugares e um sonho distante em outros, uma vez que a estrutura, muitas vezes, não permite sequer a garantia de espaços mínimos de trabalho.

A maior parte dos *campi* não possui serviços de reprografia, e, naqueles em que há essa disponibilidade, boa parte desse serviço é limitado a determinados horários de atendimento e à quantidade de pessoas que estão desenvolvendo o trabalho em dado momento. Os serviços de internet, em alguns *campi*, ainda são uma limitação, mas percebe-se que em outros houve um investimento considerável para se garantir o acesso adequado.

4.5.1 Resumo em tópicos: pontos a melhorar (Eixo 5 - Dimensão 7)

Dentre os pontos que interferem no atendimento pleno dos indicadores, os mais apontados pela comunidade acadêmica são:

Quanto aos serviços, ao acervo e à infraestrutura das bibliotecas:

- Falta de investimento nos espaços da biblioteca.
- Sistema de empréstimo ineficiente, que não gera notificações de devolução antes do prazo.
- A manutenção do espaço e do acervo foi deixada de lado.
- Biblioteca fechada em horário em que os alunos poderiam utilizá-la.
- Falta de sustentabilidade e complexidade do sistema de emissão de multa de empréstimo.
- Falta de acervo básico e complementar.
- Espaço insuficiente para a quantidade de estudantes.
- Poucas salas de estudo individualizado.
- Ausência ou poucos computadores para pesquisa.
- Não há conforto e silêncio para leitura e estudo.
- Apatia do servidor quanto ao barulho no espaço da biblioteca.
- Profissionais de outras áreas atuando no atendimento da biblioteca.
- Falta de cortesia no atendimento.
- A biblioteca está muito fechada, não existe incentivo para o uso.

Quanto às áreas de convivência:

- Faltam espaços de convivência e descanso.
- Faltam bancos.
- A cantina é o único espaço de convivência em alguns *campi*, mas está sempre lotada.
- Deveria haver espaços de convivência para os servidores.

Quanto à conservação do *campus* e das salas de aula (limpeza, iluminação, dimensão e comodidade):

- Faltam materiais básicos de higiene e limpeza nos *campi*.
- Poucas pessoas atuando na limpeza.
- Os discentes não contribuem com a manutenção da limpeza.
- Salas de aula incompatíveis com a quantidade de alunos.
- Iluminação insuficiente.

- Desconforto do mobiliário das salas.
- Falta de ar-condicionado.
- Falta de cortinas que melhorem a visão do quadro branco.
- Luminárias com defeito e sem manutenção.
- Quadros danificados durante a limpeza.
- Computadores insuficientes para a quantidade de alunos.
- Organização das carteiras e cadeiras dificulta o diálogo e a interação nas aulas.

Quanto à internet, aos equipamentos audiovisuais, aos serviços de reprografia e aos laboratórios:

Reprografia

- Deveria haver reprografia em todos os *campi*.
- Faltam profissionais para ajudar.
- Não há encadernamento.
- Horários inadequados.

Qualidade dos equipamentos audiovisuais

- Quantidade insuficiente.
- Auditórios com poucos equipamentos de áudio e som.
- Equipamentos sem manutenção e sucateados.
- Acesso aos equipamentos é desorganizado.
- Projetores deveriam ser fixos nas salas.
- Faltam equipamentos de áudio nas salas.
- Falta de cuidado com o patrimônio público.

Internet

- Instabilidade do sinal.
- Falta de pontos de Wi-Fi no *campus*.
- Há salas de aula sem acesso à internet.
- Internet de velocidade baixa para os discentes.
- Baixo sinal inviabiliza a pesquisa durante as aulas.

Quanto aos laboratórios e seu atendimento às demandas de ensino, pesquisa e extensão:

- Ausência de estrutura de materiais e equipamentos nos laboratórios.
- Mobiliário insuficiente ou sucateado.
- Falta de insumos para o uso dos laboratórios.
- Laboratórios são usados somente para pesquisa.
- Infraestrutura insuficiente.
- Espaço físico inadequado para a quantidade de alunos.
- Equipamentos pouco utilizados nos laboratórios.
- Falta de recursos para investimento.
- Falta de planejamento.

Quanto aos serviços do refeitório e da cantina:

- Alimentos gordurosos e pouco saudáveis.
- Inexistência de cantina em alguns *campi*.
- Preços caros.
- Não cumprem o horário de funcionamento.
- Comida de baixa qualidade.
- Limpeza e higiene deixam a desejar.

OBSERVAÇÃO: É muito importante considerar que todos os levantamentos apontados estão fundamentados nos comentários dos diferentes *campi* e representam a percepção da comunidade acadêmica quanto ao distanciamento institucional do padrão de qualidade almejado.

5 PLANO DE AÇÃO COM BASE NAS ANÁLISES

Este capítulo tem como principal objetivo apresentar à comunidade acadêmica as ações tomadas pela Administração com base nas necessidades apontadas pelo relatório anterior.

O retorno das demandas levantadas pelo Relatório 2016 (ano de referência 2015), foram apresentados pelas Pró-Reitorias (Prodin, Proen, Proad e Propi), pela CPA e pela Cecom. Somente a Proex não apresentou declaração relativa às demandas.

IMPORTANTE: A fim de favorecer o processo de análise das ações demandadas e das ações desenvolvidas, desenvolveu-se um quadro comparativo, que é apresentado após as considerações de cada um dos setores acima.

5.1 ANÁLISE DAS AÇÕES EXECUTADAS CONSIDERANDO AS AÇÕES SUGERIDAS PELO RELATÓRIO 2016 – EIXO 1

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional – Meta 2016

Meta: Criar a cultura da avaliação institucional, conscientizando toda comunidade acadêmica acerca dos impactos e benefícios da ação da CPA em relação à avaliação dos cursos superiores.

Considerações da CPA:

Durante o ano de 2017, a CPA Institucional organizou seu planejamento estratégico, articulando suas ações no intuito de fortalecer a CPA em todas os *campi* do IFC.

Todas as metas que dependiam exclusivamente da ação e esforço da CPA foram atingidas. Além disso, realinhou seus instrumentais no intuito de atender às demandas levantadas pelo relatório anterior.

Considerações da Cecom:

Com o intuito de propiciar maior visibilidade às ações da CPA, foi acordado com a CECOM a criação de uma página institucional da CPA no *Facebook*, para publicação da avaliação institucional. A atividade foi proposta durante o ano de 2017, e conclui-se que a divulgação será mais efetiva com as ações sendo veiculadas na página oficial do IFC (<http://facebook.com/ifc.oficial>), que possui, atualmente, mais de 35 mil seguidores.

A partir da política de comunicação do IFC, que está sendo elaborada, será possível mapear com mais clareza os públicos estratégicos da instituição, tendo condições de propor formas inovadoras de comunicação ou utilizar de maneira mais eficaz as já existentes.

Considerações da Proad:

A Proad presta suporte à Cecom com operacionalização de 02 (dois) Pregões para aquisição de Materiais Gráficos e 01 (uma) Concorrência, com a consequente formalização de 01 (um) Contrato de Publicidade.

Outrossim, para a realização de seminários, as concessões de diárias e passagens são operacionalizadas na Pró-Reitoria.

5.1.1 Resumo das ações desenvolvidas com base nas estratégias apresentadas para o Eixo 1

Quadro 1 – Estratégias e ações desenvolvidas: Eixo 1

Estratégias lançadas em 2016	Ações desenvolvidas em 2017
- Fortalecer a comunicação entre CPA e Cecom, por meio de ações de Marketing.	- Foi desenvolvido um banner orientativo, de fácil entendimento, com o intuito de aproximar a comunidade e fortalecer a marca CPA nos <i>campi</i> ⁸ . - Realizou-se aproximação com a Cecom para divulgação das ações e fortalecimento da CPA. Proad: Operacionalização de pregões para desenvolvimento de materiais gráficos.
- Possibilitar a visibilidade e o fortalecimento da CPA Institucional.	- Participação em eventos externos. - Levantamento de demandas. - Iniciou-se o trabalho de compor uma rede interinstitucional das Comissões Próprias de Avaliação das IES públicas de Santa Catarina. O IFC é o coordenador desta Comissão. Cecom: Criação de uma página no Facebook.
- Incluir uma atividade interativa entre os membros da comunidade, utilizando os mecanismos da <i>gameficação</i> nas semanas acadêmicas.	- Foi criado o dia “D” da CPA. No período que antecede a implementação do instrumento, todos os presidentes das CPAs Locais deveriam mobilizar suas equipes no processo de socialização do

8 Obs.: Por falta de previsão orçamentária da Gestão da CPA anterior, não conseguimos produzir para todos os *campi*.

	relatório anterior e sensibilização da comunidade acadêmica. As estratégias foram adequadas às especificidades dos <i>campi</i> .
- Criar vídeos instrucionais para fortalecimento das ações, sensibilização e motivação da comunidade para a participação efetiva e consciente nas demandas da CPA.	- Foi sugerida à Cecom a criação de vídeos. Por excesso de demandas e falta de verbas, foi desenvolvido apenas vídeo da reitora para sensibilização da comunidade acadêmica.
- Desenvolver um seminário institucional sobre CPA, integrando outras instituições públicas.	- Foi submetido um projeto à Fapesc, a fim de buscar verbas externas para o desenvolvimento de um seminário para as CPAs (fomos contemplados).
- Desenvolver um planejamento estratégico e operacional para a CPA e CLA, de modo descentralizado.	- Criação do planejamento estratégico operacional da CPA, descentralizando os processos e dividindo as ações.
- Criar mecanismos de modularização do sistema para atender as demandas da CPA.	- Foi levantada a demanda de customização do SIGAA e criado um plano B (Google Drive) para a implementação do instrumento em 2017 (ano referência 2016).
- Fortalecer a CPA, criando fluxos de trabalho efetivos e passíveis de acompanhamento.	- Durante o planejamento estratégico, foi desenvolvido um fluxo de trabalho, com as principais demandas e seus prazos. - Criação de grupos de trabalho para realinhamento e implementação dos instrumentos na plataforma Google.
- Tornar os canais de comunicação mais atraentes para os diversos públicos da CPA.	- Criar comunicação interativa e didática para apresentação dos resultados e sensibilização da comunidade escolar. Cecom: Criação da Política de Comunicação.

5.2 ANÁLISE DAS AÇÕES EXECUTADAS CONSIDERANDO AS AÇÕES SUGERIDAS PELO RELATÓRIO 2016 – EIXO 2

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional – Meta 2016

Meta: Divulgar de forma mais efetiva os documentos oficiais, permitindo que as ações planejadas em diferentes instâncias (culturais, acadêmicas, ambientais, econômicas e sociais) possam ser disseminadas e mais facilmente atingidas.

Considerações da Prodin:

O IFC está em fase de conclusão o Planejamento Estratégico do IFC 2018-2021. A construção do documento ocorreu ao longo de todo o ano de 2017 e início de 2018, e contou com a participação inicialmente dos representantes da Gestão dos *campi* e da Reitoria, e, em seguida, dos servidores dos *campi*. Essa construção conjunta reforça a divulgação e permite que as ações planejadas sejam disseminadas e entendidas por todos.

No decorrer da construção, diversas notícias foram veiculadas, buscando a conscientização e participação de todos (<http://gestao.ifc.edu.br/>).

O *Status* do Planejamento Estratégico (2013-2017) permanece sendo socializado no site do IFC para acompanhamento da comunidade interna e externa: <http://ifc.edu.br/andamento-objetivos-estrategicos/>.

A Gestão da Reitoria faz reuniões e visitas técnicas com o intuito de dar voz aos principais atores da instituição, visualizar as atividades dos *campi*, acompanhar os objetivos traçados, adequar estratégias e agilizar soluções e decisões necessárias.

Considerações da Proad:

A Proad norteia-se pelo Planejamento Estratégico.

Considerações da Propi:

Alinhamento das ações com base no planejamento estratégico

A Propi procurou alinhar as suas ações tendo em vista o alcance dos objetivos traçados no PE 2013-2017, assim como a elaboração do PE 2018-2021. Neste sentido, vale destacar que, dos 38 objetivos estratégicos traçados, 8 (oito) têm relação mais direta com as atividades atinentes a esta Pró-Reitoria, a saber: 4, 14, 19, 20, 24, 25, 31 e 34.

Acerca do objetivo 4, destacam-se a obtenção de financiamento externo para a realização de eventos (Fapesc), a conclusão do Dinter em Agronomia – Produção Vegetal (Capes) e a aquisição de equipamentos para laboratórios (por meio da Finep – atualmente em fase de contratação).

Além disso, tem-se estimulado os servidores do IFC a pleitearem recursos junto às agências de fomento. Para tanto, a equipe da Propi faz a divulgação à comunidade do IFC das chamadas e dos editais publicados pelas agências de fomento, utilizando os canais geridos pela Cecom (Informativo e e-mail, especialmente).

Em relação ao objetivo 14, cumpre destacar que a política de inovação ainda está em fase de elaboração. Contudo, ainda em 2016, com seguimento em 2017, foi executado o primeiro edital de apoio à inovação do IFC, o qual terá continuidade, porém com algumas adequações à Política de Inovação assim que esta for aprovada.

Sobre o objetivo 19, cumpre destacar que os editais de apoio à pesquisa dirigidos a servidores do IFC colocam como exigência a participação em grupos de pesquisa. Além disso, anualmente é feita uma avaliação dos grupos de pesquisa, retirando a certificação daqueles grupos que atingem a produtividade mínima estabelecida, conforme estabelece a Resolução 097/Consuper/2013.

Quanto ao objetivo 20, foram lançados pela Propi e Proex os Editais 162/2016 (executado em 2017) e 267/2017 (para execução em 2018). Embora não se tenha estabelecido um programa específico para apoio a projetos e pesquisa de APLs, em termos gerais, as suas regras estão definidas na Resolução nº 20/Consuper/2015.

Acerca do objetivo 24, regulamentado pela Resolução nº 20/Consuper/2015, anualmente são publicados os editais, alguns em parceria com a Proex, para apoio à publicação, apresentação de trabalhos em eventos e apoio à pesquisa aplicada, mediante a concessão de bolsas a estudantes e/ou recursos financeiros para a realização do projeto, tais como, por exemplo, os Editais 20, 21, 22 e 267/2017.

Em relação ao objetivo 25, apesar de trabalho iniciado há alguns anos, a Fapeu foi credenciada como fundação de apoio do IFC por meio da Portaria Conjunta nº 76, de 17 de novembro de 2017, publicada no DOU, Seção 1, nº 226, em 27 de novembro de 2017, que tem validade de um ano.

Quanto ao objetivo 31, regulamentado pela Resolução 20/Consuper/2015, anualmente são publicados os editais de apoio à publicação de artigos em periódicos. Em 2017, tal temática foi regida pelo Edital nº 126.

Sobre o objetivo 34, em razão das novas normas sobre os programas de internacionalização emitidas pela Capes, a Propi tem trabalhado desde o final de 2017 na organização do plano estratégico de internacionalização, junto aos coordenadores de curso *stricto sensu* (em funcionamento e em fase de planejamento). Este trabalho ainda se encontra em fase inicial de discussão, tendo em vista o fato de a publicação das normas ser recente.

Estabelecer outros canais para socialização de informações presentes em documentos oficiais, garantindo amplo acesso e transposição didática aos diferentes públicos.

Em 2017 foram publicados na página do IFC/Pesquisa e Inovação os principais fluxos relativos às atividades desenvolvidas/geridas pela Propi, conforme pode ser verificado no link: <http://propi.ifc.edu.br/fluxos-e-processos/>.

Também foram realizadas webconferências, junto aos servidores, de tal forma a possibilitar uma comunicação dirigida aos assuntos de interesse.

Outras estratégias que podem ser destacadas: uso de memorando eletrônico para a divulgação de chamadas e editais junto aos servidores; utilização, com início em 2017, do Módulo Pesquisa do Sistema SIGAA, facilitando o acesso às informações relativas à pesquisa e à pós-graduação (módulo este iniciado em 2016) via sistema; realização de reuniões bimensais com os coordenadores de Pesquisa dos *campi*; e a realização de visitas e palestras nos *campi*, as quais, em algumas oportunidades, contaram com a participação de convidados externos especialistas em determinados assuntos.

Em relação à última estratégia, destacamos, de modo especial, a participação de representantes do INPI em palestras relativas à propriedade intelectual e à participação de representantes das áreas de avaliação da Capes em reuniões de planejamento e elaboração de propostas de novos cursos de mestrado.

Amplificar as ações culturais dentro dos espaços educativos, envolvendo servidores e discentes

Concomitantemente à Micti (Mostra de Trabalhos de Pesquisa e de Extensão realizados no IFC e em outras instituições), ocorre, desde 2015, o IFCultura, evento que tem por objetivo incentivar o desenvolvimento integral do discente, por meio da cultura, da ciência, da tecnologia e da inovação.

Considerações da Proen:

Potencializar ainda mais as ações desenvolvidas com base no planejamento estratégico.

A Proen envolveu-se ativamente em trabalhos indicados no planejamento estratégico do IFC, dentre estes, a unicidade em pelo menos 75% as matrizes dos cursos ofertados no IFC. Levando em consideração este item, no ano de 2017 a Proen realizou uma série de reuniões com as coordenações dos cursos superiores e técnicos subsequentes, buscando com isso fortalecer a identidade institucional dos cursos ofertados no IFC.

Ainda no ano de 2017, foi criado o GT das Licenciaturas e foram aprovadas as diretrizes institucionais para as Licenciaturas (Portaria Normativa nº 009/2016) e a decorrente atualização dos projetos pedagógicos destas. Ademais, foram iniciados os trabalhos e promovidos encontros com os coordenadores dos cursos de Medicina Veterinária, Agronomia, Redes de Computadores, Bacharelado em Sistemas de Informação e Ciências da Computação, com o intuito de assegurar 75% de unificação institucional das matrizes, ação que está em andamento. Em processo está, igualmente, a elaboração de diretrizes para a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio. Este objetivo permanecerá para continuidade no Planejamento Estratégico 2018-2021.

Quanto ao planejamento da oferta de criação de novos cursos, meta prevista no planejamento estratégico do IFC, foi aprovado o Regimento Interno do Consepe (Resolução Consuper nº 63/2016), que passa a normatizar critérios, respeitando a missão do IFC e o Termo de Acordo e Metas, para a verticalização dos cursos e o

estabelecimento de prioridades institucionais. Em andamento está a criação de políticas, bem como a implementação, o aperfeiçoamento e a ampliação de diretrizes educacionais do IFC em atendimento à legislação e às demais normas.

Estabelecer outros canais para socialização de informações presentes em documentos oficiais, garantindo amplo acesso e transposição didática aos diferentes públicos.

Desde o ano de 2016, a Proen tem alimentado a sua página com informações referentes a normativas que dizem respeito a questões didático-pedagógicas. Ressalta-se ainda que, na referida página, estão publicados os fluxogramas atinentes às citadas normativas, visando, com isso, dar maior transparência de seus fluxos de trabalho à comunidade (<http://ifc.edu.br/proen/documentos-gerais/>).

Outras estratégias de comunicação utilizadas pela Proen, a partir do ano de 2015, foram as audiências públicas realizadas em todos os *campi* do IFC e o uso de webconferência para a condução de reuniões de trabalho. A conferência via web se dá a partir de um serviço de comunicação e colaboração da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP –, que possibilita encontros virtuais entre dois ou mais participantes, os quais, ainda que distantes geograficamente, podem compartilhar áudio, vídeo, texto, imagens, quadro branco e a tela de seus computadores.

Junto à Coordenação-Geral de Políticas e Programas Estudantis, em 2017, foi criada a página estudante.ifc.edu.br, administrada pela CGPPE, por meio da qual viabiliza-se um canal de contato para os discentes do IFC e disponibilizam-se as informações relacionadas às ações de atendimento estudantil – como editais do Programa de Assistência Estudantil e editais para concessão de auxílio financeiro para participação em eventos e visitas técnicas – aos jogos da Rede Federal, ao IFCultura, à moradia estudantil, aos regulamentos e às normativas institucionais de interesse dos estudantes etc.

Desenvolver ações de conscientização da comunidade acadêmica quanto à aceitação e ao respeito às diferenças:

Os *campi* e a Reitoria possuem, em sua organização, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), com a finalidade de desenvolver ações de implantação e implementação de programas e políticas de inclusão, e promover a cultura da educação para a inclusão, promovendo a quebra das barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas.

Com intuito de ampliar as ações neste sentido, por meio da Proen, constituiu-se um Grupo de Trabalho para discussão sobre o tema "inclusão e diversidade", a partir do qual pretende-se fomentar as ações institucionais relacionadas à inclusão, à pessoa com deficiência, às questões étnico-raciais, de gênero e diversidade.

Amplificar as ações culturais dentro dos espaços educativos, envolvendo servidores e discentes:

Em 2017, foi organizado e promovido, pela CGPPE/Reitoria, em parceria com o *Campus Camboriú*, a 3ª edição do IFCultura, que contou com a participação de todos os *campi* (exceto o *Campus Avançado Abelardo Luz*). O IFCultura visa incentivar a cultura e o crescimento profissional, científico e tecnológico nas diversas modalidades e linguagens artísticas, com reflexões sobre humanidade e educação.

No evento são integradas e compartilhadas as diversas atividades artísticas e culturais (teatro, música, dança, entre outras) realizadas pelos estudantes do IFC. Em 2017, o evento foi realizado nos dias 08 e 09 de novembro, no *Campus Camboriú*, concomitantemente à Micti.

Ainda, disponibilizou-se o Edital nº 94/2017, com objetivo de fomentar a participação dos estudantes em eventos e visitas técnicas. Por meio desse edital, oferta-se auxílio financeiro como incentivo à participação de estudantes em eventos e visitas técnicas de natureza acadêmica, científica, tecnológica, cultural e esportiva.

5.2.1 Resumo das ações desenvolvidas com base nas estratégias apresentadas para o Eixo 2

Quadro 2 – Estratégias e ações desenvolvidas: Eixo 2

Estratégias lançadas em 2016	Análise das ações desenvolvidas em 2017
Potencializar ainda mais as ações desenvolvidas com base no planejamento estratégico.	Prodin: No parecer da Prodin, não ficam claras as ações desenvolvidas com base no Planejamento Estratégico 2013-2017. Propi: são apresentadas todas as ações realizadas com base na estratégia demandada para esta Pró-Reitoria. Proen: Aprovação do Regimento. Unificação de 75% das matrizes. Criação do GT das Licenciaturas.
Estabelecer outros canais para socialização de informações presentes em documentos oficiais, garantindo amplo acesso e transposição didática aos diferentes públicos.	Prodin: Não atendido em plenitude, pois os canais utilizados ainda são os mesmos. Não foram desenvolvidos outros mecanismos de socialização das informações. Propi: Postagem dos fluxos no site, webconferências dirigidas considerando os temas de interesse, utilização de memorando para socialização de informações, palestras com membros externos, reuniões bimensais etc. Cecom: Desenvolvimento da Política de Comunicação, que favorecerá o

	<p>mapeamento das estratégias inovadoras e mais assertivas.</p> <p>Proen: Audiências públicas, webconferências, divulgação das normativas, dos fluxos e das ações na página. Página de comunicação com os estudantes, coordenada pela CGPPE.</p>
Desenvolver ações de conscientização da comunidade acadêmica quanto à aceitação e ao respeito às diferenças.	Proen: Criação de um grupo de trabalho para discutir as questões de inclusão e o respeito às diferenças.
Amplificar as ações culturais, dentro dos espaços educativos, envolvendo servidores e discentes.	Propi: Participação do IFCultura na Micti. Proen: Desenvolvimento do IFCultura, com a participação de todos os <i>campi</i> , com exceção do <i>Campus Abelardo Luz</i> . Auxílio financeiro para participação em eventos.

5.3 ANÁLISE DAS AÇÕES EXECUTADAS CONSIDERANDO AS AÇÕES SUGERIDAS PELO RELATÓRIO 2016 – EIXO 3

Eixo 3 - Políticas Acadêmicas

Meta: Garantir maior articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Considerações da Cecom:

A Cecom/Reitoria, em parceria com a Proex, viabilizou uma campanha para divulgação do questionário de Egressos, veiculada no site institucional, site dos *campi* e *Facebook*.

Considerações da Proad:

A Proad executa os recursos orçamentários destinados à assistência estudantil.

Considerações da Propi:

Em relação à meta, cabe destacar o desencadeamento da discussão em torno da revisão da Organização Didática (em curso ainda), da curricularização da pesquisa (pesquisa como princípio educativo) e da extensão e do desenvolvimento de projetos integrados de ensino, pesquisa e extensão (uma primeira versão do edital seria lançada em 2017, mas encontrou limitações no sistema SIGAA).

Contextualizar e significar as políticas acadêmicas para servidores e discentes.

Em relação a esta estratégia, é preciso sublinhar que foi iniciado em 2017, para ser concluído em 2018, uma revisão dos regulamentos relativos à pesquisa, pós-graduação e inovação, com o fim de atualizar os normativos internos, estabelecer novos procedimentos, atender às atualizações ocorridas na legislação e normas nacionais, estabelecer fluxos com maior clareza, assim como estabelecer as políticas institucionais em relação à pesquisa, à inovação e à pós-graduação.

Têm sido mantidos, no entanto, os programas institucionais de concessão de bolsas a discentes, apoio a projetos de pesquisa (com recursos repassados aos coordenadores de projeto via cartão pesquisador), apoio à publicação de artigos em periódicos técnico-científicos e livros, apoio à apresentação de trabalhos em eventos externos, apoio à realização de eventos técnico-científicos nos *campi* e institucionais, apoio a projetos de inovação, apoio ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão aplicados aos arranjos produtivos locais, dentre outros.

Considerações da Proen:

Contextualizar e significar as políticas acadêmicas para servidores e discentes.

Em relação a esta estratégia, ressaltamos três frentes de trabalho que aconteceram ou são fruto de continuidade de anos anteriores a 2017 e que contaram com uma ampla participação de servidores e estudantes.

a) O III Seminário Institucional do PIBID e o I Fórum das Licenciaturas do IFC aconteceram nos dias 18 e 19 de setembro de 2017, integrados à II Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão, no *Campus Araquari*. O evento teve a palestra do professor Luiz Fernandes Dourado, que tratou da abordagem legal e conceitual dos documentos oficiais: a Formação Docente, a Lei nº 13.415 e a BNCC. Na sequência, a professora Jordelina Beatriz Voss discorreu sobre a formação dos professores nos cursos de licenciatura. Foi socializado o livro do Prodocência, como resultado dos trabalhos apresentados pelos professores do IFC no âmbito do Programa. No evento, também aconteceu uma mesa-redonda com discussões e experiências sobre a PPE. Nesta etapa, as apresentações foram orais. E, por fim, atendendo também à solicitação dos cursos, foi reservado um horário para o encontro por curso: este foi o momento para conversarem e conhecerem os andamentos, dirimirem dúvidas e proporem sugestões acerca da oferta de nossos cursos de licenciaturas. Mais informações sobre o evento podem ser acessadas em: <https://goo.gl/QjDemw>.

b) O I Seminário do Ensino Médio Integrado do IFC foi realizado entre os dias 16, 17 e 18 de agosto no *Campus Camboriú*. O evento teve como temática os cenários trazidos pela Lei nº 13.415/2017 e pela Base Nacional Comum Curricular, considerando os impactos para a educação profissional integrada ao ensino médio na vigência da Resolução CNE 06/2012. O objetivo foi analisar as possibilidades quanto à reformulação dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFC, na constituição, numa primeira etapa, de diretrizes gerais para os cursos. Participaram os coordenadores de cursos técnicos

integrados, diretores de Desenvolvimento Educacional (ou CGE ou equivalente) e um representante do Núcleo Pedagógico do *campus*. Além disso, todos os servidores e alunos do IFC foram convidados a participar do evento. Os assuntos tratados foram:

- Lei nº 13.415/2017, BNCC e os impactos para Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio - Wisley João Pereira (SEB/ MEC);
- Perspectivas e desafios para o ensino médio integrado no âmbito dos Institutos Federais com a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415) - Ramon de Oliveira (UFPE);
- Organização *tempo e espaço* da escola - Jaider Batista da Silva, ex-secretário de Educação do município de Celso Valadares;
- Diretrizes institucionais para os cursos técnicos e o currículo integrado nos IFs - Sidinei Cruz Sobrinho (IF Farroupilha);
- Escola: extensão e compromisso com a comunidade - Vânia Medeiros (IFPB);
- Escola: pesquisa como princípio educativo - Marquiana Feitas Vila Boas- (Unicentro).

c) A oferta do curso Recepção Docente teve como objetivo proporcionar o desenvolvimento pessoal e profissional do servidor para sua integração à missão do Instituto Federal Catarinense, aos seus processos e condições de trabalho, à infraestrutura de suas unidades e aos demais servidores. O público-alvo foram os servidores docentes do IFC, ingressantes na carreira a partir de 1º de março de 2013. Mais de 400 servidores realizaram e concluíram o curso, que foi desenvolvido na modalidade EaD.

Outros eventos institucionais que fomentam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão são Siepe, Micti e IFCultura. Para além destes, as atividades de ensino que acontecem no âmbito dos cursos promovem experiências integradoras de pesquisa e extensão (por exemplo, os programas do Pibid e do PET).

Ampliar e fiscalizar os recursos destinados à assistência estudantil.

O planejamento para utilização recurso da assistência estudantil é feito na Reitoria, buscando atender as demandas dos *campi* referentes às ações de atendimento aos estudantes. O recurso da assistência estudantil é utilizado para o atendimento das seguintes frentes: Programa de Assistência Estudantil (PAE) e editais de auxílio financeiro para incentivo à participação em eventos, visitas técnicas e Jogos da Rede Federal. Todos os editais e seus respectivos resultados são publicados na página estudante.ifc.edu.br para o acompanhamento do público em geral.

Fortalecer os núcleos, para que estabeleçam estratégias de combate à evasão escolar.

Com intuito de ampliar as ações neste sentido, por meio da Proen, constituiu-se um Grupo de Trabalho para discussão sobre o tema "permanência e êxito", por meio do qual pretende-se fomentar as ações institucionais relacionadas à evasão, retenção,

permanência e ao êxito dos estudantes do IFC. O trabalho deste GT culminará com a elaboração de um Planejamento Estratégico Institucional, contemplando a identificação das causas e os fatores da evasão, e a implementação de políticas e ações, a fim de ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no IFC.

5.3.1 Resumo das ações desenvolvidas com base nas estratégias apresentadas para o Eixo 3

Quadro 3 – Estratégias e ações desenvolvidas: Eixo 3

Estratégias lançadas em 2016	Análise das ações desenvolvidas em 2017
- Ampliar e fiscalizar os recursos destinados à assistência estudantil.	Proen: Levantamento das demandas é feito na Reitoria, buscando atender às necessidades nos <i>campi</i> . Os editais e os resultados são publicados na página < estudante.ifc.edu.br > para acompanhamento do público em geral.
- Discutir e mapear estratégias para acompanhamento do egresso, buscando perceber sua atuação no mercado e as possibilidades de continuidade no seu itinerário formativo.	Cecom: Campanha para divulgação do questionário de Egressos, veiculada no site institucional, sites dos <i>campi</i> e <i>Facebook</i> .
- Fortalecer os núcleos para que estabeleçam estratégias de combate à evasão escolar.	Proen: Criação de grupos de trabalho para discutir o tema “permanência e êxito”, com o intuito de levantar as causas e os fatores de evasão, para desenvolvimento do planejamento estratégico.
- Contextualizar e significar as políticas acadêmicas para servidores e discentes.	Proen: Foram desenvolvidos vários eventos para contextualização e significação das políticas acadêmicas institucionais: Seminário do Ensino Médio Integrado; Fórum de Licenciaturas; III Seminário Institucional PIBID; Curso de Recepção Docente etc.

5.4 ANÁLISE DAS AÇÕES EXECUTADAS CONSIDERANDO AS AÇÕES SUGERIDAS PELO RELATÓRIO 2016 – EIXO 4

Eixo 4 - Políticas de Gestão

Meta: Capacitar as equipes de Gestão, com ênfase nas áreas específicas, buscando maior efetividade nos planos, processos e práticas, e garantindo transparência em todas as ações de gerenciamento na instituição.

Considerações da Proad:

A Proad vem, sistematicamente, provendo cursos de capacitação para os servidores da esfera administrativa, em especial nas áreas de planejamento, licitações e fiscalização contratual. Das capacitações ofertadas nos exercícios 2016 e 2017, destacamos: Curso de Formação de Pregoeiro; Compras Públicas; Regime Diferenciado de Contratação; Gestão Orçamentária; Reajuste, Repactuação e Planilha de Custos de Contratos Continuados de Terceirizados; Fiscalização de Contratos; Sicaf; e Concessão de Diárias e Passagens.

Considerações da Prodin:

No ano de 2017, a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP/Prodin), com a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal, atuou nas seguintes atividades:

- Elaboração do Programa de Recepção Docente;
- Elaboração do Programa de Recepção TAE e execução do curso (início da primeira turma em 01/09/2017);
- Organização e promoção do Seminário Gestão de Pessoas para Pessoas (na Reitoria, no *Campus* Blumenau e *Campus* Camboriú);
- Realização de cursos em parceria com escolas de governo, como a Enap (Análise e Melhoria de Processos e Gestão Orçamentária e Financeira) e a Esaf (Aposentadoria);
- Realização de atividades voltadas à capacitação para gestores da Reitoria (dois encontros presenciais e a indicação do curso “Trabalho em Equipe”, oferecido a distância pelo IFSC);
- Auxílio na organização de capacitações realizadas por outros setores da Reitoria;
- Divulgação das atividades de capacitação no Informativo IFC e no portal da DGP (<http://dgp.ifc.edu.br/>).

5.4.1 Resumo das ações desenvolvidas com base nas estratégias apresentadas para o Eixo 3

Quadro 4 – Estratégias e ações desenvolvidas: Eixo 4

Estratégias lançadas em 2016	Análise das ações desenvolvidas em 2017
- Criar estratégias gerais para melhorar a transparência nos <i>campi</i> , simplificando o modelo de gestão e, com isso, facilitando o entendimento por meio da comunidade acadêmica.	Proad: Desenvolvimento de ações de formação e capacitação para os servidores da esfera administrativa.
- Desburocratizar processos para facilitar a inclusão de projetos nos <i>campi</i> .	Prodin: Desenvolvimento do curso em parceria com a Enap: “Melhoria de Processos” e “Gestão Orçamentária e Financeira”.
- Articular as diferentes instâncias gerenciais, tornando a comunicação entre elas mais plena e efetiva na resolução de problemas.	Prodin: Seminário “Gestão de Pessoas para Pessoas”.
- Adotar mecanismos que aproximem o gestor da comunidade acadêmica.	Divulgação das atividades no Informativo do IFC.

5.5 ANÁLISE DAS AÇÕES EXECUTADAS CONSIDERANDO AS AÇÕES SUGERIDAS PELO RELATÓRIO 2016 – EIXO 5

Eixo 5 – Infraestrutura Física

Meta: Potencializar as ações de melhoria da infraestrutura nos *campi*, favorecendo as ações relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Considerações da Prodin:

Foram realizadas diversas obras com o intuito de melhorar a infraestrutura do IFC.

Figura 15 – Obras em execução em 2017

OBRAS EM EXECUÇÃO EM 2017			
ID	CAMPUS	OBRA	VALOR
42211	Araquari	Construção de laboratório de anatomia e patologia	R\$ 1.188.612,40
49556	Abelardo Luz	Bloco de salas de aula	R\$ 430.089,26
50196	Sombrio	Reforma e adequação da rede infraestrutura – etapa 3	R\$ 37.117,37
46834	Blumenau	Refeitório	R\$ 1.203.323,78
23603	Brusque	Implantação do campus	R\$ 11.358.631,56
49144	Sombrio	Reforma e adequação da rede preventivo – etapa 1	R\$ 87.776,38
50194	Sombrio	Reforma e adequação da rede elétrica – etapa 2	R\$ 268.260,51
48327	Concórdia	Pavimentação de estacionamento e calçada	R\$ 259.545,23
48185	Santa Rosa do Sul	Reforma e adequação da rede elétrica – etapa 1	R\$ 305.418,79
50197	Santa Rosa do Sul	Reforma e adequação da rede interna – etapa 2	R\$ 386.383,14
27571	Camboriú	Restaurante	R\$ 1.481.228,61
48335	Santa Rosa do Sul	Sala de aula e laboratório de agronomia	R\$ 542.804,64
50928	Santa Rosa do Sul	Reforma e adequação da rede preventivo – etapa 3	R\$ 323.360,28
50455	Ibirama	Reforma da alvenaria do ginásio	R\$ 8.908,29
50143	Ibirama	Rede elétrica do ginásio	R\$ 43.093,02
50148	Videira	Adequação da arquibancada	R\$ 17.286,22
50152	Videira	Grade de proteção do ginásio	R\$ 59.939,95
			R\$ 18.001.779,43

Fonte: Relatório Prodin.

Figura 16 – Obras concluídas em 2017

OBRAS CONCLUÍDAS EM 2017				
ID	CAMPUS	OBRA	VALOR	METRAGEM M2
48320	Luzerna	Ampliação do Bloco – Cantina /Auditório	R\$ 348.985,19	237,47
49512	Araquari	Reforma do telhado dos suínos	R\$ 67.730,49	242,60
46794	Camboriú	Alojamento seminterno	R\$ 952.230,13	860,00
49474	Concórdia	Reforma e Adequação da Cantina	R\$ 294.767,96	525,40
48747	Ibirama	Reforma da Área da Administração	R\$ 356.689,33	529,00
50646	Araquari	Reforma do Centro de Alimentação para Gado leiteiro	R\$ 119.416,25	474,29
48748	Luzerna	Guarita e Recepção	R\$ 385.972,64	97,78
49315	Blumenau	Demolição do Galpão	R\$ 35.945,20	1.169,87
46889	Videira	Refeitório	R\$ 1.309.846,28	509,87
47216	Ibirama	Reforma e Ampliação da Biblioteca	R\$ 1.186.440,35	1.380,33
35156	Videira	Novo Bloco de Salas de Aula	R\$ 2.705.709,43	2.546,18

Fonte: Relatório Prodin.

Figura 17 – Obras em licitação

OBRAS EM LICITAÇÃO			
ID	CAMPUS	OBRA	VALOR
49371	Blumenau	Abastecimento predial	R\$ 88.209,67
27571	Camboriú	Reforma da casa do diretor	R\$ 62.547,83
50993	Camboriú	Reforma e adequação de laboratórios de ent. e cito. Sol.	R\$ 201.997,06
50151	Videira	Guarda corpo e corrimão	R\$ 149.882,72
			R\$ 502.637,28

Fonte: Relatório Prodin.

5.5.1 Resumo das ações desenvolvidas com base nas estratégias apresentadas para o Eixo 3

Estratégias lançadas em 2016	Análise das ações desenvolvidas em 2017
- Atualizar as informações referentes às necessidades estruturais de cada <i>campus</i> , criando um mapa de prioridades e realinhando o planejamento estratégico de compras.	Ao longo do ano de 2017, foram executadas diversas obras de melhoria na infraestrutura do IFC. Algumas continuam em andamento, outras foram finalizadas durante o referido ano.
- Criar um espaço no site institucional para permuta de materiais e/ou disponibilização de bens ociosos.	Ação não apresentada pelas Pró-Reitorias e pela Cecom.

6 AÇÕES SUGERIDAS PELA CPA CONSIDERANDO AS ANÁLISES DO QUESTIONÁRIO 2017 E AS AÇÕES EXECUTADAS COM BASE NO RELATÓRIO 2016

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação

Meta: Promover um planejamento democrático e participativo, considerando as ações da CPA, fortalecendo e ampliando a cultura da avaliação institucional.

Estratégias sugeridas com base nos comentários:

- Ampliar as estratégias de divulgação dos relatórios da CPA nos *campi*, dando ênfase às ações executadas e criando estratégias contextualizadas aos diferentes segmentos.
- Disponibilizar *banners* a todos os *campi*.
- Reforçar a solicitação de espaços próprios para a CPA e aquisição de placas de identificação de suas salas.
- Criar cartazes para divulgação dos relatórios e das ações nos *campi*.
- Ampliar os canais de comunicação com a comunidade acadêmica, realizando rodas de conversa e debatendo os resultados da avaliação institucional.
- Analisar os dados do relatório para composição de ações e estratégias institucionais.
- Criar mecanismos institucionais para motivação da comunidade acadêmica na participação dos processos avaliativos institucionais.
- Realizar reuniões de planejamento, ouvindo as partes e garantindo que a voz da maioria seja respeitada.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

Meta: Disseminar a missão e o PDI, promovendo o engajamento e transformando em práticas as ações pensadas de forma democrática pela comunidade acadêmica.

Estratégias sugeridas com base nos comentários:

- Considerar os processos avaliativos institucionais na definição de estratégias, na execução das ações e na disseminação massiva das práticas para a comunidade acadêmica.
- Melhorar os processos de comunicação institucional e divulgação das ações relacionadas à missão institucional e ao PDI.
- Definir estratégias institucionais para fortalecimento do NGA, com o intuito de ampliar a participação, a percepção das ações e o engajamento.
- Combater as ações de preconceito e intolerância às diferenças, sejam estas políticas, de gênero ou raciais.
- Desenvolver políticas institucionais para o fomento de ações envolvendo ciência, tecnologia, sociedade e empreendedorismo.

- Levantar e organizar os projetos de inovação e empreendedorismo na instituição, registrando-os e buscando fomento para melhoria da estrutura e criação de uma cultura própria do IFC.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

Meta: Buscar a desburocratização dos processos, bem como ampliar a qualidade e o alinhamento efetivo entre ensino, pesquisa e extensão, desenvolvendo canais de comunicação com a sociedade e a divulgação das ações executadas.

Estratégias sugeridas com base nos comentários:

- Ampliar e melhorar as estratégias de comunicação e divulgação das ações relacionadas às políticas de ensino, pesquisa e extensão.
- Alinhar as ações das políticas acadêmicas dos *campi* com a missão institucional e o PDI.
- Promover encontros e formações institucionais que visem superar o processo autocrático de tomada de decisão que desconstrói as premissas do PDI.
- Estabelecer critérios para criação e oferta de cursos, evitando que questões pessoais e políticas interfiram nesse processo.
- Prestar formação pedagógica e continuada para os docentes, a fim de superar práticas defasadas e descontextualizadas dos objetivos institucionais.
- Realizar acompanhamento pedagógico aos docentes, auxiliando-os no processo de organização didática de suas aulas, potencializando e favorecendo as ações de ensino-aprendizagem.
- Tornar claro o conceito de integração, adequando os currículos, quando necessário, e fazendo valer as vontades institucionais em detrimento de comportamentos inadequados e irredutíveis.
- Melhorar institucionalmente os processos de trabalho e atendimento da CRA, garantindo carga horária adequada, formação para compreensão dos processos e cumprimento dos prazos.
- Ampliar as ações de combate à evasão escolar, considerando os diferentes condicionantes para a não permanência (financeiro, pedagógico, social e familiar).
- Divulgar de forma efetiva os programas de intercâmbio, disseminando as parcerias e ações institucionais.
- Repensar as políticas e os documentos institucionais que reforçam maior ênfase ao ensino em detrimento da pesquisa aplicada e extensão.
- Disponibilizar recursos para desenvolvimento de projetos de pesquisa.
- Criar processos avaliativos claros e transparentes para seleção de projetos de ensino, pesquisa e extensão na instituição.
- Repensar ou elaborar uma política de comunicação institucional, garantindo maior visibilidade e assertividade na divulgação das ações institucionais, aproximando a comunidade acadêmica das demandas e práticas desenvolvidas pelo IFC.
- Acompanhar e desenvolver ações institucionais que aproximem os setores de atendimento ao discente dos docentes, para superação de práticas

descontextualizadas, atitudes preconceituosas e grosseiras do professor com o estudante.

Eixo 4 – Políticas de Gestão

Meta: Melhorar a comunicação e divulgação das ações relacionadas às políticas de gestão, buscando a transparência das ações, maior participação dos segmentos e melhoria do clima organizacional.

Observação: Quanto às estratégias relacionadas às políticas de gestão, vale enfatizar a relevância de se considerar e articular estas estratégias com os relatórios dos *campi*, uma vez que as práticas e percepções variam de um *campus* para outro.

Estratégias sugeridas com base nos comentários:

- Promover a participação da comunidade acadêmica no levantamento de ações, na organização do planejamento e na distribuição dos recursos.
- Definir critérios que contribuam para superação de ações com bases em interesses particulares e diminuam os conflitos entre TAEs e docentes.
- Ampliar os canais de comunicação e o diálogo para levantamento das demandas de formação continuada.
- Criar critérios e indicadores que direcionem e fundamentem os trabalhos dos conselhos, colegiados, comissões e das Pró-Reitorias, tornando-os mais assertivos e eficazes.
- Considerar os relatórios de avaliação e as demandas de infraestrutura (manutenção e expansão) levantadas, para organização do planejamento orçamentário e direcionamento das verbas.
- Buscar a redução da burocracia e ampliar o incentivo para o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Eixo 5 – Infraestrutura

Meta: Melhorar a infraestrutura do IFC, considerando o PDI e as especificidades levantadas em cada *campus*, divulgando as ações e orientando a comunidade quanto às urgências e possibilidades.

Estratégias sugeridas com base nos comentários:

Analisar e estabelecer um planejamento com base nos relatórios de avaliação em cada um dos *campi*, direcionando estratégias e executando ações para melhoria da infraestrutura do IFC, no que respeita à biblioteca, às salas de aula, aos laboratórios, aos espaços de convivência, à cantina, aos refeitórios, aos recursos didáticos e audiovisuais, à limpeza, à organização, à estrutura de internet, aos serviços ofertados e ao mobiliário.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das considerações desenvolvidas, é possível perceber que houve maior aderência à participação no processo de avaliação, ampliando de forma significativa os índices participativos.

Este relatório é a representação do cenário geral do Instituto Federal Catarinense e indica-se que, para o desenvolvimento das ações estratégicas (sob o ponto de vista institucional ou local), os relatórios locais de avaliação devem ser considerados.

Outro ponto importante é que a socialização das informações para a comunidade acadêmica deve promover o incentivo ao debate das ações levantadas nos questionários, com o intuito de identificar urgências e possibilidades dentro do contexto do planejamento estratégico e orçamentário institucional.

O relatório de 2018 será uma composição dos relatórios dos últimos anos e favorecerá o amadurecimento das equipes das CPA no sentido de desenvolver um projeto para organização das demandas da avaliação institucional no tocante ao ensino superior no IFC.

O papel da CPA, assim como direciona a norma técnica e o regimento interno, é organizar o processo avaliativo, levantar os dados, propor estratégias e socializar informações, ficando a cargo da Gestão a execução das demandas de acordo com as possibilidades da instituição; e da comunidade acadêmica, o acompanhamento e a cobrança destas ações.

Durante o processo de análise, foram apresentados alguns comentários sobre o processo de organização dos questionários, sugerindo-se o particionamento do instrumento e a adequação de alguns indicadores. Esses pontos também foram considerados e serão analisados e realinhados pela equipe da CPA.

Boa parte das dificuldades apresentadas pela CPA no relatório anterior foram superadas, e pretende-se que esta cultura avaliativa se consolide cada vez mais institucionalmente e que as equipes da CPA e a comunidade acadêmica sejam cada vez mais participativas.

A avaliação é a melhor forma de reflexão para se atingir objetivos. Nesse sentido, os apontamentos fornecerão diretrizes para qualificar ao máximo as práticas e os processos da avaliação institucional do ensino superior.